



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUANA ELIS OLIVEIRA PINTO

**MOSAICO DE RESISTÊNCIAS: OS CONFLITOS POR TERRA NO ESPAÇO
CEARENSE (1995 – 2010).**

FORTALEZA

2016

LUANA ELIS OLIVEIRA PINTO

MOSAICO DE RESISTÊNCIAS: OS CONFLITOS POR TERRA NO ESPAÇO
CEARENSE (1995 – 2010).

Dissertação de mestrado submetida à
Coordenação do curso de Pós-Graduação
em Geografia, da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Geografia. Área De Concentração:
Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alexandra Maria
de Oliveira

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- P728m Pinto, Luana Elis Oliveira.
Mosaico de resistências: : os conflitos por terra no espaço cearense (1995 - 2010) / Luana Elis Oliveira
Pinto. – 2016.
104 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.
1. Conflitos por Terra. 2. Governos FHC. 3. Governos Lula. 4. Ceará. I. Título.

CDD 910

LUANA ELIS OLIVEIRA PINTO

MOSAICO DE RESISTÊNCIAS: OS CONFLITOS POR TERRA NO ESPAÇO
CEARENSE (1995 – 2010).

Dissertação de mestrado submetida à
Coordenação do curso de Pós-Graduação
em Geografia, da Universidade Federal
do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Geografia. Área de Concentração:
Dinâmica Territorial e Ambiental.

Aprovada em: 17/10/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (DEGEO/UFC)

Prof^a Dr^a Aldiva Sales Diniz
Universidade Estadual Vale do Acaraú (DEGEO/UVA)

Prof. Dr^a Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^o Dr^o Carlos Alberto Feliciano
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas acompanharam essa travessia de modo direto ou indireto. Algumas mais de perto e a estas não poderiam deixar de expressar toda minha gratidão pela palavra de força, pela companhia e pelos ensinamentos multiplicados.

À minha família, minha mãe Socorro, meu pai Heraldo, meu irmão Israel e minha cunhada Débora. Nestas pessoas encontrei a razão para continuar e jamais ceder.

À Nivea, Jardelia e Anita. Minhas referências de mulheres empoderadas e intelectuais respeitadas. Obrigada, meninas, pelo companheirismo revolucionário.

As amigadas construídas e fortalecidas durante este processo, como Carol, amizade que nasceu no batuque de carnaval para alegrar meus dias o ano todo; Evelyn, Érika e Liana, pessoas amadas do tempo de escola e que a vida tratou de aproximar.

À Iohanna e Júlia, amigadas construídas durante o Programa de Pós-Graduação e que tornaram o dia-a-dia das aulas mais leves e menos solitários.

À Simone, irmã que a Graduação me deu pra vida e que contribuiu com a confecção dos mapas.

A minha orientadora, Prof^a Alexandra, pela relação de respeito e confiança construída ao longo da Graduação e Pós-Graduação.

Aos professores José Levi e Amaro Alencar, pelas contribuições no processo de Qualificação deste trabalho.

Ao Jucier, por todo o carinho, respeito, admiração e por me fazer acreditar que esse Mestrado seria possível. Obrigada por tudo.

À todas as pessoas que constroem o Maracatu Solar, com Pingo de Fortaleza, o griô Descartes Gadelha, e todos meus companheiros de batuque. Neste espaço, fui me encontrar e acabei me perdendo no baque da alfaia, essencial para fazer pulsar e *alumiar* minha vida.

À todos e todas,

Ubuntu. Eu sou porque nos somos!

RESUMO

As reflexões da presente pesquisa giram em torno dos conflitos por terra no Ceará no interstício de 1995 a 2010 e têm por objetivo central compreender como este fenômeno, a partir da ação reguladora / mediadora do Estado, em distintas conjunturas, se estabeleceu através de avanços e recuos de sua espacialização, promovendo mudanças no espaço agrário. Para este entendimento, a análise será realizada a partir o recorte temporal que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 até 2002 e de Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2010. O trabalho segue à luz da teoria crítica, tendo como pressuposto teórico norteador o entendimento das transformações do capitalismo no campo brasileiro através do desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2001). Nos apoiamos nas proposições de natureza metodológica qualitativa e quantitativa do tipo de pesquisa documental, uma vez que essa abordagem nos permitiu uma maior aproximação com o objeto da pesquisa – os conflitos por terra no Ceará – por meio do levantamento bibliográfico, revisão em livros, teses, dissertações, periódicos, análise e interpretação de fontes secundárias, como o caderno “Conflitos no Campo Brasil” (CPT), dados oficiais e levantamento de artigos de jornais para a construção de um banco de dados problematizado ao longo deste trabalho. Estes governos resguardaram contornos políticos específicos, mas se aproximaram pela ausência de uma política de reforma agrária que solucionasse o grave problema da concentração da estrutura fundiária, sintomaticamente atestado pela pujança dos conflitos por terra.

Palavras-Chave: Conflito por terra. Governo FHC. Governo Lula. Ceará.

ABSTRACT

The reflections of this research revolve around the land conflicts in Ceará between 1995 and 2010 and have as main objective to understand how this phenomenon is established through advances and retreats of their spatial distribution, promoting changes in the agricultural space from the regulatory action / mediator the state, in different circumstances. For this understanding, the analysis will be carried out from the time frame comprising the governments of Fernando Henrique Cardoso, from 1995 to 2002 and Luis Inacio Lula da Silva, between 2003-2010. The work follows in the light of critical theory, with the theoretical assumption guiding the understanding of capitalist transformation in the Brazilian countryside through the combined and uneven development (OLIVEIRA, 2001). We support the propositions of qualitative and quantitative methodological nature of the type of documentary research, since this approach allowed us to get closer to the object of the research - the land conflicts in Ceará - through literature, review books, theses, dissertations, periodicals, analysis and interpretation of secondary sources such as "Conflitos no Campo Brasil" book, official data and survey of newspaper articles to build a database questioned throughout this work. These governments maintained specific political boundaries, but approached the absence of a land reform policy that would address the serious problem of concentration of land ownership, symptomatically attested by the strength of the land conflicts.

Keyword: Conflicts over land. Government of FHC. Government of Lula. Ceará.

“Muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, pode mudar o mundo” (Eduardo Galeano).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa dos Conflitos por Terra no Ceará (1995 – 2002).....	56
Figura 02 – Mapa dos Conflitos por Terra no Ceará (2003 – 2010).....	70
Figura 03 – Mapa dos Assentamentos Criados (1995 – 2002).....	82
Figura 04 – Mapa dos Assentamentos Criados (2003 – 2010).....	86
Gráfico 01 – Índices de conflitos no Ceará por região (1995 – 1998).....	46
Gráfico 02 – Índices de conflitos no Ceará por região (1999 – 2002).....	52
Gráfico 03 – Índices de conflitos no Ceará por regiões (2003 – 2006).....	60
Gráfico 04 – Índices de conflitos no Ceará por regiões (2007 – 2010).....	65
Gráfico 05 – Série histórica dos conflitos por terra no Ceará, 1995 a 2010.....	71
Gráfico 06 – Série histórica de famílias em conflitos por terra no Ceará, 1995 a 2010.....	72
Quadro 01 – Plano de Governo FHC para Reforma Agrária entre 1995 e 1998.....	28
Quadro 02 – Plano de Governo de Lula para a Reforma Agrária entre 2003 e 2006.....	37
Quadro 03 – Movimentos identificados na luta pela terra no Ceará, 1995 a 2010.....	73
Quadro 04 - Desapropriações e Famílias Assentadas, 1995 – 1998.....	79
Quadro 05 - Desapropriações e Famílias Assentadas, 1999 - 2002.....	79
Quadro 06 - Desapropriações e Famílias Assentadas, 2003 - 2006.....	83
Quadro 07 - Desapropriações e Famílias Assentadas, 2007 - 2010.....	84
Quadro 08 - Número de Imóveis Rurais do Ceará, por categoria, INCRA (2000 e 2015).....	88
Tabela 1 – Conflitos por terra no Ceará entre 1995 a 1998.....	45
Tabela 2 – Conflitos por terra no Ceará entre 1999 a 2002.....	51
Tabela 3 – Conflitos por terra no Ceará entre 2003 e 2006.....	59
Tabela 4 - Conflitos por terra no Ceará entre 2007 e 2010.....	64
Tabela 5 – Relação entre conflitos e famílias envolvida com assentamentos criados e famílias assentadas, entre 1995 – 2010.....	78

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CIPP - Complexo Industrial do Porto do Pecem

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central única dos Trabalhadores

FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará

FHC – Fernando Henrique Cardoso

I PNRA - I Plano Nacional de Reforma Agrária

I PRRA - I Plano Regional de Reforma Agrária

II PNRA - II Plano Nacional de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MCP - Movimento dos Conselhos Populares

MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAC - Programa de Aceleração ao Crescimento

PERA – Plano Estadual de Reforma Agrária

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido Social Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

RMF - Região Metropolitana de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONJUNTURAS POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO.	21
2.1	O Governo FHC e a política de reforma agrária de mercado.....	25
2.2	Da proposta a desistência da reforma agrária no Governo Lula.....	34
3	MOSAICO DE RESISTÊNCIAS: ESPACIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO CEARÁ.....	43
3.1	Identificando os conflitos e os sujeitos envolvidos.....	43
3.1.1	<i>Conflitos entre 1995 até 2002.....</i>	<i>44</i>
3.1.2	<i>Conflitos entre 2003 até 2010.....</i>	<i>57</i>
4	TERRITORIALIZAÇÃO DAS RESISTÊNCIAS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA QUESTÃO AGRÁRIA DO CEARÁ.....	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS	96
	ANEXO.....	102

1 INTRODUÇÃO

Há no Brasil um estado permanente de conflitualidades sendo alimentado pela apropriação privada da terra que tem concentrado esta de modo absurdamente desproporcional. De um lado, latifundiários e grandes empresas têm incorporado em um ritmo frenético mais e mais terras, reforçando o caráter rentista do capitalismo que se formou no país. Do outro, há uma diversidade social no campo – grupos indígenas, pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem terra, posseiros, etc. – que está sendo violentada e encurralada em situações distintas, resistindo pela defesa dos territórios ameaçados e pelo direito ao acesso a terras que lhes foram cerceadas historicamente.

As reflexões da presente pesquisa giram em torno dos conflitos por terra no Ceará no interstício de 1995 a 2010 e têm por objetivo central compreender como este fenômeno, a partir da ação reguladora/mediadora do Estado, em distintas conjunturas, se estabeleceu através de avanços e recuos de sua espacialização, promovendo mudanças no espaço agrário.

Para tanto, a análise será realizada a partir do recorte temporal que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 até 2002 e de Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2010.

O interesse no estudo da questão agrária, especificamente, referente aos conflitos no campo, está diretamente relacionado com o caminho trilhado durante minha formação acadêmica. Primeiramente, tive uma aproximação teórica e empírica com a realidade agrária ao ingressar no projeto sobre *Campesinato, Ensino de Geografia e Escolas do Campo*, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científicas (PIBIC), vinculado ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais (LEGE/UFC). Neste momento inicial, debruçei-me sobre a problemática da Educação e Formação Docente em Geografia para escolas do campo, no qual resultou o trabalho monográfico¹.

Concomitante a este período, voluntariei-me no Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT/UFC), a fim de complementar minha formação sobre a

¹O Trabalho de Graduação de Licenciatura em Geografia, defendido no ano de 2013 na Universidade Federal do Ceará, sob o título *A formação docente e o saber geográfico no contexto agrário: a atuação dos professores da Escola família Agrícola Dom Fragoso em perspectiva*. O estudo foi desenvolvido no município de Independência, CE.

realidade do campo e aproximar-me das discussões e dos grupos de estudos sobre o espaço agrário. Neste espaço, pude conhecer mais de perto a realidade de alguns movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e contribuir na construção do projeto de extensão voltado a formação política da juventude do campo cearense.

Aliado a essas experiências e o principal fator definidor para a escolha do tema foi o convite para atuar juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT/CE) através do LEAT/UFC. A colaboração nas atividades da CPT, principalmente no projeto sobre *Ações Preventivas Às Práticas de Superexploração do Trabalho e Tráfico de Trabalhadores Rurais em Itatira / Ceará*, tornou possível o acompanhamento do trabalho promovido pela Comissão Pastoral da Terra junto aos trabalhadores do campo.

Deste modo, as formações, os diálogos com assessores, colaboradores e aqueles e aquelas que constroem no dia-a-dia a CPT, despertou-me a atenção para os conflitos no campo no Ceará e seu caráter multifacetado. A socialização dos dados sobre os conflitos presente no território cearense acaba por compor o principal produto da Comissão Pastoral da Terra, os cadernos *Conflitos no Campo*.

Foi do nosso interesse científico lançar um olhar sobre os fatos e análises trazidos nos cadernos de Conflitos do Campo da CPT e pensar como que estes poderiam contribuir para pensar a particularidade do Ceará, além de colaborar com as demandas de pesquisa dos setores acadêmicos e dos movimentos sociais desenvolvendo esta pesquisa “como um método de aprofundar o conhecimento e também como método de luta política” (STEDILE, 2007, p.18), pondo o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social no campo.

Quando nos debruçamos sobre o debate da questão agrária do Brasil, precisamente ao tema dos conflitos por terra, a sensação é que estamos diante de incontáveis reticências.

O uso das reticências (...), como bem conhecemos dá o “tom” na escrita do pensamento omitido, da frase interrompida, do que ficou pelo caminho. Das pontuações gramaticais, o uso dos “três pontinhos” no começo, meio ou final de uma frase, indicam algo que ficou por terminar. Esta artimanha gramatical gera uma inquietação naquele

que se depara com o pensamento que poderia ter sido concluído por parte de quem o exprimiu, mas não foi.

Uma vez José de Souza Martins (1994, p. 11) afirmou que “a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas. Não é uma história que se faz. É uma história sempre por fazer”. Conforme o uso associado aos “três pontinhos” a questão agrária do Brasil é um processo que permanece em aberto e que parece viver em infundáveis reticências.

Mesmo quando anunciado um novo tempo histórico e que algumas transformações que ficaram pelo caminho seriam concluídas, novamente, a história ficou por terminar. Permanecemos com uma estrutura fundiária que está para ser desconcentrada, uma reforma agrária que foi interrompida e ainda está para ser feita. E assim, recorrermos à constatação histórica e ao presente escancarado que os conflitos pela terra no Brasil, também, estão para ser solucionados e, conforme a atual conjuntura política do País, permanecerá em estado de reticências.

Contudo, há àqueles que lutam para que os processos sejam concluídos, que o “por fazer” se faça. Que a violência seja extinta, que a expropriação seja impedida, que a reforma agrária seja feita e que uma nova história seja escrita. Este é o caminho atravessado pela “longa marcha do campesinato brasileiro” em busca de entrar e/ou permanecer na terra, como bem escreveu Oliveira (2001). E é justamente a travessia do campesinato, uma massa de mulheres, homens, crianças de todas as cores e idades que se movimentam pelos recantos do território brasileiro na luta pela democratização do acesso e permanência na terra que o presente trabalho irá saudar.

Investigar os conflitos por terra no Brasil nos moveu em direção a alguns pontos fundamentais para construirmos o escopo do tema referido. Em primeiro lugar, há no Brasil desde sua colonização até os dias atuais uma clara relação de forças desiguais entre classes sociais. Um enorme contingente daqueles que trabalham a terra e carecem dela para reprodução da vida estão na linha de frente, fazendo uma incomoda oposição ao projeto econômico e político dos grandes proprietários/latifundiários que monopolizam a terra, mantendo a estrutura fundiária e a riqueza dela auferida concentrada nas mãos de um seleto grupo que detêm a hegemonia do poder. Esta situação retardam as possibilidades de transformação social, mas não as freiam.

Os elevados índices de conflitos por terra que *multiplicam-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento*², não só expõem uma nítida luta de classes e de disputa de projetos de desenvolvimento díspares (FERNANDES, 2008), como, também, destacam o processo desigual e contraditório que rege o caminho do desenvolvimento da agricultura capitalista no País (OLIVEIRA, 2007; 2012) e que é contestada cotidianamente por grande parcela da população que reside no campo.

Em segundo, diante da situação supracitada milhares de camponesas e camponeses distribuídos por todo o país, com experiências distintas de lutas e resistências contra a barbárie promovida pela modernização através da expansão do latifúndio a custo de expropriação, exploração do trabalho e violência (OLIVEIRA, 2013), entenderam que as conquistas só chegariam até eles mediante a pressão social e o conflito. Nesta travessia, a *classe incomoda*³ no Brasil conquistou tamanha proporção que se consolidou em movimentos sociais, espacializou-se por todo o território nacional e ganhou força política capaz de colocar suas demandas na mesa do Estado e exigir um posicionamento diante das situações de conflitualidade.

Por sua vez, o Estado, na medida em que exerce a função de mediação de interesses entre classes antagônicas e de regulação de uma classe social no poder, ele propicia as condições necessárias para a reprodução do *status quo*. Assim, dentro da ordem capitalista, o Estado como “parte necessária da própria reprodução capitalista” (MASCARO, 2013, p.18) revela seu caráter contraditório. .

Para a realização da análise o nosso olhar geográfico ficou voltado para o Estado do Ceará em sua totalidade. Localizado no Nordeste brasileiro o Ceará, segundo Alencar (2005)

É um estado cuja estrutura fundiária é bastante concentrada. Possui baixo grau de utilização da terra, produção agropecuária pequena, relações sociais de produção atrasadas, conservadoras e de expropriação/espoliação do homem. Este conjunto de elementos somados à seca requerem, exigem um programa de reestruturação do campo (ALENCAR, 2005, p. 422).

²OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org). A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

³ SHANIN, Teodor. La Classe Incomoda. Alianza Editorial, Madrid, 1993.

Mesmo com programas de reordenação fundiária colocados em prática no campo cearense – da obtenção/desapropriação de terras para criação de assentamento de reforma agrária executados pelo INCRA a projetos de aquisição de terras via compra e venda que movimentam o mercado de terra – tais programas não atingiram sequer a desigual estrutura fundiária que permanece extremamente concentrada. O Ceará é o terceiro estado do Nordeste com maior desigualdade na distribuição de terras e o quarto do Brasil, segundo o Índice de Gini expresso no Censo Agropecuário de 2006, com 0,0863 (IBGE, 2006). Esta situação sobressai quando atentamos para os índices de conflitos por terra do estado.

Em decorrência da acentuada desigualdade na distribuição de terra no Ceará, as lutas pela entrada e/ou permanência na terra se mantem em estado latente com avanços e recuos, representando o caminho de saída ou a recusa da entrada em uma lógica aonde muitos são explorados por poucos exploradores. A partir da pressão social que têm diversas facetas, desde o erguimento de um novo acampamento na beira da estrada até a ocupação de um prédio público, a diversidade social presente no campo vai colocando suas demandas em prol da democratização do acesso a terra sem esperar pelos projetos desenhados pelas “mãos” do Estado.

Na busca de entender os fluxos e refluxos das espacializações dos conflitos que estiveram em pauta e quais os principais sujeitos sociais envolvidos – sem-terra, posseiros, indígenas, pequenos proprietários, etc – nos levou as seguintes questões norteadoras: Como o campesinato manteve sua caminhada histórica pela reforma agrária em conjunturas políticas distintas? Avançou na luta através da sua espacialização pelo território ou recuou? Quem são os sujeitos sociais que protagonizaram e mantiveram o conflito pela terra no estado do Ceará em estado vívido no interior dessas conjunturas? Quais as mudanças e/ou permanências identificadas no espaço agrário ao final de cada período de governo? Essas questões colocam em movimento a atualidade do debate acerca da questão agrária no Brasil e suas singularidades regionais.

Sendo a partir destas indagações suscitadas que os seguintes objetivos específicos foram elaborados

- a) Apresentar a ação do Estado através dos planos de governamentais e evidenciando as políticas de reforma agrária nos governos FHC e Lula e os rebatimento deste em nível estadual;
- b) Identificar os sujeitos sociais e os movimentos sociais que dinamizaram a espacialização dos conflitos por terra no interior de cada ciclo de governo;
- c) Compreender as transformações gestadas nos últimos quinze anos (1995 – 2010) no espaço agrário cearense a partir da territorialização dos conflitos por terra.

Para responder tais objetivos, nos apoiamos nas proposições de natureza metodológica quali-quantitativa do tipo pesquisa documental, uma vez que essa abordagem nos permitiu uma maior aproximação com o objeto da pesquisa – os conflitos por terra no Ceará – por meio do levantamento bibliográfico e revisão em livros, teses, dissertações e periódicos, análise e interpretação das fontes secundárias como o caderno Conflitos no Campo Brasil, dados oficiais de órgãos federal e estadual, levantamento de artigos de jornais para a construção de um banco de dados problematizado no percurso do trabalho.

A partir dessa opção metodológica, realizamos uma leitura da realidade expressa em fatos e documentos que não ficaram estanques ao passado, mas que representam uma parte da “longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e também dos excluídos da cidade para “entrarem [e permanecerem] na terra”, para se transformarem em camponeses” (OLIVEIRA, 2013, p.106).

Por sua vez, o texto dissertativo está organizado em quatro sessões, a seguir, será apresentado o esboço do que vislumbramos como representação do capítulo segundo, terceiro e quarto, pois a parte introdutória aqui exposta conta-se como primeiro capítulo.

O capítulo segundo titulado *Conjunturas Políticas e a Construção dos Planos de Desenvolvimento para o Campo* buscamos apresentar as ações dos governos FHC e Lula, pondo em relevo o que fora proposto como política de reforma agrária em cada conjuntura e seus rebatimentos no Estado do Ceará. Neste sentido, subdividimos o capítulo em duas sessões. A primeira denominada *O Governo FHC e a política de reforma agrária de mercado*, onde evidenciou-se a consolidação e o avanço das políticas neoliberais no campo durante os anos de hegemonia política do Partido Social

Democrático Brasileiro (PSDB) tanto na esfera federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998/1999 – 2002) quanto na esfera estadual do Ceará, com o governo de Tasso Jereissati (1995 – 1998/1999 – 2002). A segunda parte *Da proposta a desistência da reforma agrária no Governo Lula*, perpassou pelo lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) até a secundarização desta política nos governos de Luís Inácio Lula da Silva no governo federal (2003 – 2006/2007 – 2010) representando o Partido dos Trabalhadores (PT). Concomitantemente, estiveram a frente do governo estadual esteve Lúcio Alcântara do PSDB (2003 – 2006) e, posteriormente, Cid Ferreira Gomes do PSB (2007 – 2010), na esfera estadual em questão.

No capítulo terceiro *Mosaico de Resistências: Espacialização dos Conflitos Agrários no Ceará*, tivemos como objetivo reconstruir um cenário sobre a realidade dos conflitos pela terra no referido recorte para compreendermos o movimento de avanços e recuos na espacialização dos conflitos por terra, bem como identificando os sujeitos coletivos e suas ações em defesa de seus territórios e na luta pelo acesso a terra. Os momentos da análise foram divididos a partir do ciclo dos governos, logo, destacamos os *Conflitos entre 1995 até 2002* e os *Conflitos entre 2003 até 2010*.

No quarto capítulo *Territorialização das Resistências: Mudanças e Permanências na Questão Agrária do Ceará*, estabelecendo um recorte analítico, a partir da territorialização do campesinato por meio da criação de assentamento rurais via desapropriação, como possibilidade para compararmos os períodos de governo. Por fim, fizemos o percurso investigativo para construirmos as *Considerações Finais*.

2 CONJUNTURAS POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O CAMPO

As ações afirmativas dos movimentos e organizações que lutam por terra no Brasil direcionam e são direcionadas pela conjuntura política na qual estão inseridas. A partir disto, nos interessa apresentar as ações dos governos FHC e Lula, observando o que fora proposto como política de reforma agrária em cada conjuntura e seus rebatimentos no Estado do Ceará.

Assim, o desenvolvimento do capítulo seguirá pela apresentação dos planos governamentais propostos para o campo, tendo as políticas públicas para reforma agrária nacional e sua repercussão em nível estadual como foco.

Dentro do recorte temporal estabelecido, a primeira conjuntura apresentada corresponderá aos anos de hegemonia política do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) tanto na esfera federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998/1999 – 2002) quanto na esfera estadual do Ceará, com o governo de Tasso Jereissati (1995 – 1998/1999 – 2002).

Em seguida, o mesmo será realizado com o período equivalente aos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com Luís Inácio Lula da Silva no governo federal (2003 – 2006/2007 – 2010), a frente do governo estadual esteve Lúcio Alcântara do PSDB (2003 – 2006) e, posteriormente, Cid Ferreira Gomes do PSB (2007 – 2010), na esfera estadual em questão.

Antes de apresentarmos as intervenções do Estado brasileiro através das políticas governamentais para o campo, pensando concomitantemente a particularidade do Ceará, se faz necessário expor a interpretação teórica que sustenta a pesquisa.

Há, no interior do pensamento marxista dedicado a compreender o desenvolvimento do capitalismo no campo, ou seja, da questão agrária, uma porção de teses que se confrontam e se complementam. Estas teses se estabeleceram como referenciais teóricos na investigação do processo que expropriava e proletarizava o campesinato, particularmente da realidade europeia, no final do século XIX e início do século XX. Neste ponto, se destacam as teses clássicas que entendiam como inevitável a

homogeneização das relações de trabalho capitalista no campo via assalariamento do camponês que resultaria ou no seu desaparecimento (KAUTSKY, 1972) ou no processo de desintegração via diferenciação da classe, a descamponização (LÊNIN, 1982).

Essas teses influenciaram um número considerável de estudos sobre a realidade da dinâmica agrária brasileira, como Caio Prado Júnior e Ricardo Abramovay. Para estes, como asseverou Oliveira (2012, p.71) “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extingiria”.

Portanto, a modernização do latifúndio – ou modernização conservadora, pois não se altera profundamente a estrutura social – através da integração total das relações capitalistas no campo, “empurraria” o campesinato ou integraria sua produção em uma economia de mercado ou ao assalariamento.

Outra corrente teórica que se destaca está centrada nas teses que defendem a existência e permanência de relações feudais de produção na agricultura brasileira. Esta atribuiu o atraso do campo a permanência de relações feudais ou semifeudais instauradas desde o processo de colonização e que tem na existência do latifúndio e do campesinato os principais resquícios feudais. A superação destes resquícios se daria através da penetração das relações capitalistas no campo. Nesta altura, conforme Passos Guimarães (1989, p.38), a luta pela reforma agrária teria como objetivo

Romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação e ao progresso de nosso país.

O avanço para a nova etapa histórica – o capitalismo – se daria rompendo com essas estruturas agrárias, através da divisão da terra, provocando transformações. Resguardado as diferentes interpretações teóricas, ambas as exposições conservam uma visão unilateral e linear do processo histórico no qual não há lugar para os camponeses no futuro. De acordo com Paulino e Almeida (2010), a visão da uniformidade do mundo em detrimento da multiplicidade das formas sociais no campo, afirmam “estavam

prisioneiras de uma posição dogmática que projetava para o campo apenas as classes fundamentais do capitalismo: a burguesia e o proletariado”.

Nesse antagonismo de classes não há lugar para o campesinato, a não ser que este se transformasse em um proprietário de capital ou, despojado da propriedade da terra, estivesse “livre” para vender sua força de trabalho em troca de salário, se proletarizando.

Ao posicionarem o campesinato como uma relação à parte do capitalismo, estes incidiram em uma incompreensão do processo contraditório que é característico desse sistema. Assim, foi se estabelecendo outra via de compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, a partir da contradição que é inerente a lógica capitalista, como descreve Oliveira (2001, p.11)

Se, de um lado, o capitalismo avançou em termo gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais.

Desta maneira, o campesinato é compreendido como parte, igual e contraditório, do desenvolvimento capitalista e tem o seu crescimento, bem como do latifúndio, subordinado a reprodução do capital. Assim, contrapondo-se as leituras que atestavam o desaparecimento do campesinato como inevitável diante do desenvolvimento capitalista, nesta orientação teórica há um processo de criação e recriação do campesinato em curso.

Esta relação de interdependência não se realiza de modo harmonioso ou espontâneo. Na medida em que o capital avança sobre o campo, concentrando mais terra, territorializando-se e implantando o trabalho assalariado – ou monopolizando o território sem territorializar-se - tem deixado um caminho de expropriação, exploração e violência contra homens e mulheres. Oliveira (2013, p.128-129) explica esse processo considerando que

quando o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores e os concentra nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo. Neste caso, o processo especificamente capitalista se instala, e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se na sua plenitude. (...) quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, familiar, portanto. Ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e, com ela, o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Neste caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza a área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes.

Assim, as lutas crescentes pelo acesso à terra ou para permanecer nela, travada por diversos grupos sociais no interior do território nacional pode ser explicado a partir de dois processos socioespaciais distintos e conflitivos: a territorialização do campesinato e a territorialização do capital.

Oliveira muito tem feito para elucidar tais processos (2013a, 2013b, 2012). É expressão desse desenvolvimento a recriação de disputas territoriais necessárias para a reprodução de tais relações sociais capitalista no campo.

Não obstante, quando buscamos construir um entendimento sobre a função do Estado e seu poder na sociedade capitalista, este, na aparência, se revela como um sistema naturalmente superior, imparcial e justo ao exercer seu poder de mediação diante dos conflitos de interesses entre classes sociais. Nas palavras de Lefebvre (2011, p.93-94), nesse primeiro momento de compreensão do Estado, seu poder emerge “para impedir que a classe dominante esmague a classe oprimida (...), com o fito de arbitrar os conflitos entre os indivíduos e os grupos e particularmente os que surgem entre os opressores”.

Contudo, ao emanar de uma sociedade imersa em contradições, o Estado a representa tal qual ela é em sua essência, logo “mesmo quando ela dá a impressão de estar protegendo os oprimidos ou os explorados, mesmo que de fato os proteja contra alguns excessos, ele conserva as condições necessárias para que haja a dominação de classe” (LEFEBVRE, 2011, p.94).

Corroborando com tal reflexão, Chauí (1980, p.27) nos traz que

O Estado aparece como a realização do interesse geral (...), mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (a classe dos proprietários) ganham a aparência de interesses de toda a sociedade. (...) Ele é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera da política as relações de exploração que existem na esfera econômica.

Inserido em um sistema economicamente gerido pelo capital e socialmente dominado pela burguesia, o Estado rege politicamente o espaço social em virtude da realização dos interesses de classe que domina a sociedade. Desta maneira, se apresenta como forma da sociabilidade capitalista a organização do espaço tido como instrumento privilegiado para impor a racionalidade necessária para a reprodução do capital, sendo alvo de ações intervencionistas do Estado.

Quando falamos de intervenção do Estado, nos reportamos a práticas políticas transformadoras dos espaços em benefício da acumulação capitalista. Tal interferência procede de modo que a ação estatal (re)produza novos arranjos espaciais que propiciem ao capital sua produção desobstruída. (SAMPAIO, 1991)

No contexto brasileiro, especificamente no espaço agrário, a intervenção do Estado se evidencia nos planos de desenvolvimento voltados para promover medidas aparentemente transformadoras, progressistas, mas que na realidade são executadas de modo a conservar as estruturas de reprodução capitalista.

2.1 O Governo FHC e a política de reforma agrária de mercado

Na metade da última década do século XX, o Brasil foi governado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), representando os ideais burgueses do PSDB no poder. Antes de buscarmos compreender no que consistiu esta conjuntura para a realidade do campo brasileiro, vale resgatar o contexto mundial no qual se inseriu os seus dois mandatos seguidos: o primeiro de 1995 até 1998 e o segundo de 1999 até 2002.

Na rota mundial dos acontecimentos que marcaram o final do século XX, um em particular nos interessa para entendermos as escolhas políticas e econômicas definidas para nos governos de FHC: a alavancada mundial do neoliberalismo.

O neoliberalismo consistiu em reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social, “contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte de Estado”, conforme Anderson (1995, p.9). Sua fundação remonta a primeira metade do século XX⁴, mas vivenciou seu apogeu na segunda metade deste século após expandir-se por grande parte dos países de capitalismo avançado da Europa Ocidental, América e Oceania, durante a década de 1970 e 1980. Com a crise e fim do socialismo soviético no fim da década de 1980, torna-se ideologicamente hegemônico, alcançando os países que formavam o extinto bloco do leste europeu e que estavam emergindo no capitalismo.

A expansão do ideário neoliberal na última década do século XX consolidou um processo definido por Ariovaldo Oliveira (2013b) de mundialização do capitalismo monopolista, unindo países em estágios de industrialização desiguais em uma suposta relação de igualdade entre mercados, com o objetivo de internacionalizar as economias nacionais através da criação de empresas mundiais – as multinacionais. Nessa esteira, Oliveira (2013b, p. 115) asseverou

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está mais localizado somente nos países ricos, mas em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais estão. (...) O centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os.

⁴No ano de 1944, Friedrich Hayek, com o seu texto “o Caminho da Servidão”, lança uma crítica veemente contra o Estado Intervencionista e de bem-estar. Três anos depois, em 1947, enquanto o Estado de bem-estar social se efetivava na Europa, Hayek convoca para reunião aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião em MontPèlerin, na Suíça. “Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de MontPèlerin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p. 1)

O governo de FHC assumiu de forma mais sustentada esse projeto de desenvolvimento político e econômico para o Brasil, que fora iniciado no governo interrompido de Fernando Collor (1990 – 1992), propugnando como metas neoliberais prioritárias, de acordo com Carcanholo (2010, p.109)

a estabilização macroeconômica com foco na inflação e nas contas públicas (...) e a obtenção de uma ambiente econômico pró-mercado, que incentive a maior concorrência entre capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Diante da crise econômica que o país atravessava à época, se fazia necessário catalisar o debate político para o combate à inflação, pois reestabelecendo a “saúde” econômica o país tornar-se-ia uma economia favorável para receber investimentos do mercado mundial. Tais medidas deram o tom dos primeiros meses do seu mandato.

No espaço agrário, as medidas neoliberais vieram acompanhadas da desnacionalização de nossa agricultura para as empresas mundiais do agronegócio, gerando ajustes estruturais, destacados por Estevam e Stédile (2013, p.13)

As principais foram o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a produção das mercadorias agrícolas, que ao mesmo tempo controlam os preços e o mercado nacional e internacional. (...) Uma concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, florestas, minérios, etc.) e das sementes. (...) A reorganização da produção brasileira sobre a égide do mercado mundial. E com isso concentrou-se a produção em praticamente soja, milho, cana e pecuária extensiva.

As consequências advindas dessas mudanças estruturais na realidade do campo brasileiro, ao ceder espaço e total liberdade para circulação do capital traduziram-se, conforme Alentejano (2004a), no aumento da dependência externa, na entrega do patrimônio nacional ao capital estrangeiro, na priorização do sistema financeiro em detrimento de questões sociais, resultando em uma explosão do desemprego e do aumento das desigualdades sociais. Esta situação veio acompanhada do agravamento da questão agrária e dos conflitos por terra a ela associada, ameaçando o quadro de estabilidade do governo (OLIVEIRA, 2001).

Visando conter o avanço da sofreguidão social frente ao quadro de aprofundamento das desigualdades, no seu primeiro governo, FHC lança um tímido programa de reforma agrária como instrumento de intervenção na questão agrária, as *Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária (1995)*, voltadas para o atendimento das demandas sociais de acesso à terra, com meta de assentar 280 mil famílias via desapropriação de imóveis improdutivos e acesso ao crédito rural (ALENCAR, 2005). Seu plano de governo colocou a reforma agrária nas seguintes metas e medidas, como esboçado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 01 – Plano de Governo FHC para Reforma Agrária entre 1995 e 1998.

Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária	
Metas	Medidas:
Assentar em quatro anos de governo 280 famílias: <ul style="list-style-type: none"> • 40.000 famílias no primeiro ano; • 60.000 famílias no segundo ano; • 80.000 famílias no terceiro ano; • 100.000 famílias no quarto ano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição, com paz e justiça; • Apoiar os trabalhadores assentados para que possam plantar, colher e progredir; • Executar, em articulação com Estados e Municípios, as obras sociais e investimentos de infra-estrutura indispensáveis ao sucesso dos assentamentos, sobretudo na região Nordeste.

Fonte: BRASIL, 1995. In: ALENCAR, 2005. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Ao investigar a política fundiária do período em questão, Alencar (2005, p.180) destacou os entraves apontados no documento para execução do Programa de Reforma Agrária, “como o sucateamento da máquina pública, o programa de reforma agrária restrito ao Incra e a escassez de recursos orçamentários e financeiros destinados à reforma agrária”. Além disto, o documento frisava a importância da superação desses entraves através de realização de parcerias e integração entre as instâncias governamentais – federal, estadual e municipal – para que as metas propostas para a reforma agrária fossem atingidas, ainda que novas linhas de ação para execução da mesma fossem necessárias.

O que se pode tirar de compreensão deste primeiro momento é o uso do artefato da inépcia econômica como fator limitante para execução de reforma agrária desapropriatória. Este fato representou um indício do que estava por vir no que se refere

à alteração da política de reforma agrária encabeçada no transcorrer dos dois mandatos de FHC.

No Ceará, iniciava-se o programa de governo *Ceará avançando nas mudanças: Plano de Desenvolvimento Sustentável* de Tasso Jereissati (1995 – 1998). Coadunando com as medidas neoliberais assumidas nacionalmente, neste programa estavam indicados os planos de desenvolvimento socioeconômico e de modernização do Estado do Ceará para as próximas décadas, até 2020. Um programa de visão de futuro capitaneado por um grupo que ascendeu hegemonicamente na política do Estado no final da década de 1980⁵ e que garantiria a efetivação dos interesses da classe representada, a “elite mudancista” dos jovens empresários vinculados ao setor industrial (GONDIM, 1995).

É válido destacarmos que o plano *Ceará avançando nas mudanças (1995 – 1998)* representou o continuísmo do *Governo das Mudanças (1986 – 1989)*, primeiro governo de Tasso Jereissati. A inauguração deste período foi conduzida pelo projeto de modernização da máquina pública a partir de uma visão política empresarial. Segundo Holanda (2006, p.9), o objetivo era “tornar o Estado mais ágil, menos burocrático e com capacidade de responder as demandas por políticas públicas”, possibilitando a indução de um novo modelo de desenvolvimento através do processo de interiorização da indústria no estado, com força suficiente para erradicar a pobreza rural. Em síntese, era necessário que um representante da burguesia chegasse ao poder institucional para viabilizar os projetos políticos de classe camuflados como de interesse da sociedade civil. De acordo com Holanda (2006, p. 11)

Alimentando essa crença, o governo gerou uma expectativa muito grande no imaginário popular ao prometer tirar da penúria e do atraso econômico através da geração de milhares de empregos diretos e indiretos, fruto de uma política de atração de novas indústrias.

Para isto, se fazia necessário derrubar o principal entrave político para realização da modernização no Ceará: romper com o modelo desenvolvimentista

⁵Após a primeira eleição de Tasso (1986 – 1989), este conseguiu eleger seu sucessor, Ciro Gomes (1990 – 1993). Retornar ao governo reelegendo-se consecutivamente, em 1994 – 1998 e em 1999 – 2002 e permanecendo seu domínio político ao eleger Lúcio Alcântara (2003 – 2006).

baseado no endividamento público, clientelismo, fisiologismo e paternalismo reproduzido por décadas pelas formas tradicionais oligárquicas que dominavam a política e o controle do poder do Estado (MARTINS, 2002).

Após ataques aos coronéis – representantes das oligarquias no poder – “tidos como os responsáveis pelo atraso social do Estado” (OLIVEIRA, 2005, p.137) e embalados pela efervescência política criada com a construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA), foi atribuída prioridade à reforma agrária no *Governo das Mudanças*, agregando interesses favoráveis para a construção do I Plano Regional e Estadual de Reforma Agrária do Ceará – I PRRA e PERA (OLIVEIRA, 2005).

Neste contexto, a execução da reforma agrária fazia parte estratégica de consolidação do capitalismo no campo, liderada pelo setor agroindustrial, como colocado por Martins (2002, p.149)

A reforma agrária, excluída da alternativa de socialização dos meios de produção, é defendida pela burguesia (...), [como] condição básica para o crescimento econômico do Ceará, capaz de reduzir as desigualdades e a pobreza absoluta no setor primário (e, em consequência, aumentar os lucros do setor industrial de bens de consumo de massa) bem como trazer a paz ao campo.

A digressão realizada na reconstrução dos antecedentes do plano de desenvolvimento *Ceará avançando nas mudanças (1995 – 1998)* caminha como o “fio da meada” que irá se desenrolar nos planos de desenvolvimento das gestões na sequência, pautadas na consolidação desse projeto neoliberal para campo cearense.

Dando prosseguimento ao curso do governo Tasso, *Avançando nas mudanças* foi constituído por cinco vetores de intervenção, entre eles o vetor Reordenamento do Espaço, voltado para viabilizar operações de infraestrutura nos assentamentos, regularização fundiária, democratização do acesso e uso da terra, bem como para “criar condições políticas, jurídicas e institucionais para dinamizar o processo de reforma agrária” (ALENCAR, 2005, p. 182. Grifo do autor).

No ano de 1996, criou-se um Fundo Agrário Rotativo de Terras⁶ para aquisição de terras e estruturação dos assentamentos rurais, possibilitando a implantação do projeto experimental de reforma agrária via instrumento de compra e venda de terra, o Programa de Reforma Agrária Solidária – Projeto São José (1996 – 1997)⁷ (PEREIRA, 2000; ALENCAR, 2005; OLIVEIRA, 2005).

A partir desse programa estadual de reforma agrária, com parceria entre o governo do Estado do Ceará e o Banco Mundial, constituiu-se “uma via alternativa e complementar ao instrumento convencional de acesso às terras sob domínio particular, ou seja, a desapropriação por interesse social” (PEREIRA, 2000, p.24). Os argumentos defendidos pelo governo do estado, segundo Alencar (2005, p.225), “era que sua operacionalização ocorreria de forma ágil, simples, descentralizada e participativa”.

O acúmulo de experiência e de resultados promissores para o Governo Estadual, Federal e para a agência financiadora, posteriormente, possibilitou que o Governo Federal conseguisse mais subsídios junto ao Banco Mundial para ampliar este modelo de *reforma agrária de mercado* em outros estados do Nordeste – Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia – e para o norte de Minas Gerais, em 1997, através do Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Rural – Projeto Cédula da Terra (ALENCAR, 2005).

A partir das experiências de redistribuição de terras através do mecanismo mercadológico do primeiro governo, este modelo de reforma agrária foi sendo, progressivamente, ampliado para todo o território nacional, auxiliando a criação de um Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, em 1999 e, posteriormente o Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, em 2001, que passou a integrar no governo seguinte de FHC (1999 – 2002) o programa federal denominado *Novo Mundo Rural*.

O Novo Mundo Rural (1999 – 2002) apresentou um amplo projeto de desenvolvimento socioeconômico rural brasileiro a partir da reformulação das bases de

⁶ Decreto nº 12.614, de 7 de agosto de 1996, Art 3º tem como finalidade, dentre outras ações, “desenvolver programas de financiamentos reembolsáveis para aquisição de imóveis rurais por pequenos produtores rurais sem terra ou minifundiários (...) e financiar a implantação de infra-estrutura nos Projetos Estaduais de Assentamento”.

⁷ O programa de Reforma Agrária Solidária emergiu da criação do componente Ação Fundiária do Projeto de Combate a Pobreza Rural/Projeto São José, de 1987, um programa de amplas ações destinadas ao combate à pobreza rural no Ceará com o intuito de “apoiar o pequeno produtor rural, contribuindo na geração de emprego e renda para a população carente do interior” (OLIVEIRA, 2005, p.154).

expansão da reforma agrária e de apoio ao pequeno agricultor familiar, visando inseri-los no mercado.

Composto por três eixos estratégico de ação – a distribuição do ativo terra, o desenvolvimento da agricultura familiar e reorganização do território brasileiro, a promoção da expansão da agricultura familiar por meio dos assentamentos de reforma agrária – o objetivo do programa, dentre outros, como destacado por Alencar (2005, p. 187), era

Contribuir para a desconcentração da economia, melhorar a qualidade de vida da população rural (...); contribuir para a erradicação da pobreza rural e redução dos índices gerais de pobreza do Brasil (...); *proporcionar condições necessárias para que os agricultores familiares desenvolvam atividades produtivas em níveis de competitividade, dentro da realidade e das perspectivas do negócio rural num mundo globalizado.* [Além de]elevar a eficiência, a eficácia, e a efetividade dos programas e instrumentos de reforma agrária e de expansão e fortalecimento da agricultura familiar (Grifonosso).

As ações do Novo Mundo Rural apostavam na integração das famílias camponesa como agricultores familiares modernos, competitivos, inseridos fortemente nas relações de mercado e incorporando avanços tecnológicos, modificando “aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1998, p.127).

No que tange à execução da reforma agrária para expansão da agricultura familiar, o *Novo Mundo Rural*, orientado e fomentado pelo Banco Mundial, passaria pela “adoção de mecanismos que não propunham o abandono das desapropriações, mas sim a incorporação de outros instrumentos que possam, a um só tempo, reduzir os custos e dar agilidade e transparência ao processo” (BRASIL, 1999, p.20 -21).

Ainda que a incorporação do instrumento de mercado para aquisição de terra aparecesse como modelo complementar ao instrumento clássico de reforma agrária, através da desapropriação da terra, este já não era colocado como centralidade na criação de novos assentamentos. No plano de desenvolvimento para o campo, do segundo governo de FHC, sequer foi construído um programa propositivo de reforma agrária pautado na desapropriação de terras. Além do mais, a experiência de *reforma agrária de mercado* teve um rebatimento econômico direto, tanto por amortecer os

gastos do governo federal, com a realização de desapropriação de terras para reforma agrária, quanto por “ativar o mercado de terras e proporcionar os recursos para o alívio das dívidas rurais dos proprietários falidos, evitando possíveis crises do sistema bancário” (OLIVEIRA, 2012, p.62).

A política de aquisição de terra via compra e venda, além de reforçar o caráter rentista atribuído a ela, foi utilizada como mecanismo escuso de “proprietários loucos para se desfazerem de suas terras, que, na via normal de mercado, não encontrando demanda, premeditam associações [de trabalhadores rurais sem terra] para se livrarem de seus problemas”, como identificou Pereira (2000, p.27) ao analisar o mercados de terras no Ceará.

Acompanhando a hegemonia do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) que reeleger o presidente FHC, no Estado do Ceará, o governador psdbista Tasso Jereissati conquistou seu segundo mandato consecutivo. Entre os anos 1999 – 2002, seu programa de governo, denominado *Consolidando o Novo Ceará: plano de desenvolvimento sustentável*, dá continuidade à execução do programa anterior, sem grandes alterações. Este manteve a ênfase na atração de recursos nacionais e internacionais voltados para indústria, para a agricultura e para a realização de grandes obras de infraestrutura.

No espaço agrário, as estratégias do governo do estado abarcaram as esferas da *dinamização da agricultura em base empresarial* e do *acesso à água e convívio com o semiárido*, expandindo as ações de combate à pobreza rural por intermédio da modernização da agricultura tradicional, garantia de oferta permanente de acesso à água e geração de emprego. Neste sentido, houve um maior investimento direcionado para a agricultura irrigada, com a criação de perímetros irrigados com foco para o agronegócio exportador, através dos *Projetos de Desenvolvimento dos Agropólos* e apoio a pequena irrigação, pelo *Projeto Caminhos de Israel* (ALENCAR, 2005).

Quanto à democratização da posse e uso da terra, a Ação Fundiária direcionou sua estratégia para agilizar os instrumentos de regularização, reordenamento e reassentamento fundiários. No plano de execução de reforma agrária, encontravam-se em plena execução os projetos de aquisição de terra através da compra e venda por meio dos programas Cédula da Terra, Banco da Terra e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

Em síntese, após oito anos de governos FHC e Tasso, estiveram sincronizados nos planos políticos e econômicos. Ambos, “arrumaram a mesa” e serviram os melhores incentivos para abancar o capital mundializado na agricultura sob a prerrogativa da modernização. Para tal, utilizaram-se de recursos similares para que parte da população, carente de condições básicas como terra, trabalho e dignidade, “comprassem” o discurso pró-mercado.

Para que o projeto neoliberal, consubstanciado nos planos de desenvolvimento obtivesse “sucesso” foi necessário uso do aparato midiático largamente utilizado pelos representantes dos poderes executivo federal e estadual para autopropaganda de seus governos (FELICIANO, 2009; OLIVEIRA, 2005). No Ceará, isto foi realizado sem muitos obstáculos, haja vista o próprio governador ser um magnata da comunicação no Estado⁸.

2.2. Da proposta a desistência da reforma agrária no Governo Lula.

A experiência neoliberal no Brasil durante toda década de 1990 como promessa de retomada do crescimento e do desenvolvimento do país através da estabilização econômica e de reformas estruturais pró-mercado, além de não surtir o efeito esperado, piorou a situação social com o aumento do desemprego e da concentração da riqueza (CARCANHOLO, 2010). Como decorrência deste quadro, a crescente insatisfação popular alimentou a vontade de mudança. A oportunidade de superação deste modelo econômico em crise foi gestada na nova campanha eleitoral para presidente de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002.

Desde a reabertura democrática, em 1989, o PT foi se firmando como referencial partidário à esquerda. Animado pela sua base de apoio constituída pelas frentes sindicais da cidade e do campo – a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – pelos movimentos sociais – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a

⁸Tasso Jereissati, de acordo com a declaração de bens disponível na página do Congresso Nacional, é sócio da Rádio e TV Jangadeiro.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) e intelectuais, este partido se diferenciava pelo compromisso com a classe trabalhadora (MACHADO, 2006).

Contudo, as disputas pela presidência e suas sucessivas derrotas, em 1989, 1994 e 1998, fizeram com que o PT passasse por um exame político-ideológico que foi crucial para a transformação do seu discurso para a campanha seguinte, de 2002. De acordo com Machado (2006, p.26), o partido oriundo das lutas populares e operárias foi secundarizando o discurso mais classista e anticapitalista por um debate mais moderado pela disputa do poder institucional,

Lula advertiu publicamente que só concorreria em novos pleitos se fosse para ganhar. Estava dada a senha das mudanças de estratégia eleitoral das eleições seguintes: os “marqueteiros” passaram a ser os comandantes das campanhas (...); as propagandas de TV “substituíram” os comícios, marchas e passeatas; e os militantes “deixaram” as ruas e foram trocados por “cabos eleitorais”. Chegou o momento de “vender” um produto palatável ao “eleitor-consumidor”, principalmente às classes médias. Ou seja: a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita, foi sepultada pelo próprio partido. Esta guinada do PT aparece nas eleições de 1994, mas, mesmo assim, Lula é derrotado por Fernando Henrique Cardoso. O êxito eleitoral ocorreu somente em 2002.

Inserido nessa mudança programática que acompanhou a ascensão do partido encontra-se a histórica bandeira de luta pela reforma agrária que, segundo Albuquerque (2006, p. 85), sempre esteve presente no programa do partido desde sua criação, em 1980, “articulada a um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, derivadas principalmente do processo de reordenamento da estrutura fundiária do país”. Assim, o PT se configurou como a esperança dos movimentos populares de que mudanças estruturais aconteceriam e que a vitória de Lula à presidência representaria uma oportunidade histórica da realização de uma reforma agrária. Conforme apontado por Stédile (2004, p. 96-97),

É possível nessa conjuntura histórica realizar uma reforma agrária de um novo tipo (...) que parta do princípio de que é necessário democratizar a propriedade da terra desapropriando todas as grandes propriedades improdutivas, como, aliás, já determina nossa Constituição. (...) Esperamos que o novo governo tenha coragem de

não perder essa oportunidade histórica, aliado com os movimentos sociais do campo e apoiado pelo desejo de mudança de todo o povo brasileiro, de fazer finalmente uma reforma agrária.

Na medida em que a chegada de Lula ao poder institucional aumenta à confiança da base de apoio do partido, esta conjuntura estava igualmente “marcada pelo medo de uma fração da classe dos proprietários e detentores do grande capital, especialmente, os ligados ao setor do agronegócio. Em parte destes, havia o receio de que a reforma agrária efetivamente pudesse ser implementada”, como afirma Cosme (2015, p. 96).

Tanto a base popular esperançosa quanto parte dos proprietários de terra e capital temerosos havia cristalizado o ideário político-partidário do PT do final do século XX. Se, de um lado, Lula asseverasse aos movimentos sociais que “se um dia eu for presidente da República do Brasil e puder fazer apenas uma única coisa, podem ter a certeza que essa coisa será a reforma agrária⁹”. Do outro lado, no lançamento da *Carta ao povo brasileiro* (2002, p. 3), o futuro presidente já sinalizava a opção partidária de manter inalterada a estratégia neoliberal de desenvolvimento introduzida por Fernando Henrique Cardoso, afirmando “naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país, (...) uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar e (...) preservar o superávit primário quando necessário for”.

A Carta ao povo brasileiro (2002) demarcou a flexibilização do discurso do PT no tratamento de questões políticas e econômicas que favoreceram sua campanha eleitoral. Ainda que as alianças construídas não conformasse uma maioria parlamentar¹⁰, após doze anos da primeira candidatura, o Partido dos Trabalhadores chega, enfim, a presidência da República com Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 (SADER, 2013).

Conforme Singer (2012), a chegada do PT ao governo no ano de 2003 pode ser compreendida a partir da atitude conciliatória assumida por Lula. Evitar o confronto direto contra o grande capital, adotando uma política econômica à direita – ajustes fiscais, reforma previdenciária, pagamento da dívida externa – sem abrir mão de

⁹ Fala de candidatura de Luís Inácio Lula da Silva no IV Congresso Nacional do MST, 2000.

¹⁰Em 2002, O PT se coligou com partidos de menor expressão: PL, PC do B, PMN e PCB (SADER, 2013, p.19)

medidas à esquerda - programas sociais de combate à pobreza. Nas palavras deste mesmo autor (2012, p.21), “um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem”.

Neste caminho intermediário, insere-se a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (II PNRA)¹¹ para ser executado a partir de 2003 até 2006. Após algumas dissidências políticas com relação ao teor do II PNRA¹², o documento foi aprovado e nele foi possível encontrar onze metas a serem cumprida para transformação da realidade agrária brasileira. O Quadro 02 abaixo sistematiza as metas para o desenvolvimento rural.

Quadro 02 – Plano de Governo de Lula para a Reforma Agrária entre 2003 e 2006.

II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural
Metas
<p>Meta 1: 400.000 novas famílias assentadas;</p> <p>Meta 2: 500.000 famílias com posses regularizadas;</p> <p>Meta 3: 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;</p> <p>Meta 4: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;</p> <p>Meta 5: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;</p> <p>Meta 6: Implementar o cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2.2 milhões de imóveis rurais;</p> <p>Meta 7: Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;</p> <p>Meta 8: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;</p> <p>Meta 9: Promover a igualdade de gênero na reforma Agrária;</p> <p>Meta 10: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;</p> <p>Meta 11: Universalizar o direito à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas</p>

Fonte: BRASIL, II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2004. Org: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Nas metas apresentadas no II PNRA para a desconcentração da estrutura fundiária estão integradas às ações de reforma agrária, que tem como “centralidade o instrumento de desapropriação por interesse social” e outros instrumentos que “o poder público dispõe para democratizar o acesso à terra, superar as restrições que o acesso precário impõe à integração produtiva e promover um novo padrão de desenvolvimento

¹¹ O I PNRA foi aprovado em 1985, no governo de José Sarney, com uma meta de assentar 1,4 milhões de famílias em uma área de 43.090.000 hectares, entre 1985 – 1989, tendo alcançado menos de 10% das metas na sua execução, fruto da ação impeditiva dos latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR) (OLIVEIRA, 2007).

¹² Duas equipes com concepções distintas sobre reforma agrária construíram cada um, uma proposta de PNRA. De acordo com Oliveira (2007, p.174), “uma delas vem da Secretaria Agrária do PT, que vê a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero. A outra é aquela dos movimentos sociais, que veem a reforma agrária como uma política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país”.

territorial”(BRASIL, 2004, p.19)através das ações de reordenamento, regularização e reassentamento fundiários.

No plano apresentado, há uma superioridade da ação de regularização fundiária, ou seja, dar definitivamente a posse da terra já ocupada por famílias camponesas (Meta 2) em face da criação de novos assentamentos, confrontando o latifúndio improdutivo, desapropriando-o (Meta 1). Como destacado por Oliveira (2012, p. 110), “considerando que a regularização de terras não altera estrutura fundiária e que a desapropriação de terras improdutivas fora deixada de lado, ficou difícil se falar em reforma agrária no governo Lula da Silva”.

É importante destacar que o instrumento de aquisição de terras via mercado, largamente utilizado no governo FHC, não fora descartado no II PNRA (Meta 3). O Programa Nacional de Crédito Fundiário, após algumas reformulações, como a introdução da participação das organizações sindicais em sua implementação, esteve apoiado em duas experiências, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural, vistas como instrumentos complementares à desapropriação (OLIVEIRA, 2012).

Arelado à diversidade de instrumentos de obtenção de terras, as condições para a permanência e manutenção da vida das famílias no campo envolveriam, também, “a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade” (BRASIL, 2004, p.8).

Na instância estadual, o programa de governo de Lúcio Alcântara (PSDB) *Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social Ceará vida melhor*, com duração de 2003 a 2006, previa a implantação de ações socioeconômicas de maneira articulada com vista ao crescimento com inclusão e equidade social. O plano estruturado definiu quatro eixos de ação capazes de provocar grandes mudanças para a população do Ceará, apoiando no desenvolvimento sustentável: Ceará Empreendedor, Ceará Vida Melhor, Ceará Integração e Ceará – Estado a Serviço do Cidadão.

As ações direcionadas para o espaço rural, previstas nos objetivos *estimular a indústria exportadora* do agronegócio por meio dos agropólos, *promover o desenvolvimento do meio rural* fortalecendo as atividades tradicionais e a introdução de

novas atividades e fortalecer a infraestrutura destinada à fixação do homem do campo, encontravam-se articuladas no eixo Ceará Empreendedor, como estabelece o plano do Governo do Estado do Ceará (2003, p.16)

a ampliação das oportunidades de emprego e renda com foco na competitividade e no território. Visa ações que induziriam ao crescimento econômico através do fortalecimento das micro e pequenas empresas; desenvolvimento de uma política agrícola com foco no agronegócio, na irrigação e na agricultura familiar; atração de investimentos; e na promoção da competitividade do comércio.

Sobre o previsto para execução da Ação Fundiária, constituindo-se como uma das linhas para a construção do “novo rural cearense”, o plano do governo destaca a reorganização fundiária, a regularização e redistribuição de terra, a implantação e reassentamento como instrumentos de acesso à terra (ALENCAR, 2005).

Apesar disto, o governo de Lúcio Alcântara não orientou sua Ação Fundiária pautada na construção de um Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) propositivo que visasse integrar o Estado do Ceará às ações do II PNRA do governo federal, como disposto no Estatuto da Terra¹³.

A reeleição de Luís Inácio e do PT para mais um quadriênio, de 2007 até 2010, neste contexto com o apoio do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, (PMDB) garantiria a maioria parlamentar necessária para sustentar sua governabilidade, que definiria a mudança da conjuntura política embalada pela conjuntura econômica mundial.

A distinção entre o “PT das bases” e o “PT dos dirigentes”, como o próprio Lula afirmou em entrevista (SILVA, 2013), começou a se tornar mais nítida. As alianças institucionais firmadas pelo “PT dos dirigentes” com representantes dos setores da sociedade que priorizavam as políticas burguesas de reprodução do capital começaram a querer participar, de fato, do governo. Em contrapartida, o “PT das bases” se tornava cada vez mais distante da possibilidade real de mudanças estruturais almejadas pelas camadas populares.

¹³ O art. 33, presente no Capítulo IV, Seção I institui que “a Reforma Agrária será realizada por meio de planos periódicos, nacionais e regionais, com prazos e objetivos determinados, de acordo com projetos específicos” (BRASIL, Lei nº 4.504, 30 de novembro de 1964).

Se, no primeiro mandato, a tônica orquestrada pelo governo foi de conciliar interesses contrários, neste segundo mandato, o PT se distanciou ainda mais dos movimentos populares e sindicais. O governo desobrigou-se a realizar a reforma agrária, pois “o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) elaborada para o período 2003/2007 (...) chegou ao seu final e, nenhum outro plano foi elaborado”, como asseverou Oliveira (2010, p.308).

Porém o governo empenhou-se na execução de um amplo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) voltado para “a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”¹⁴ de suma importância para manter aquecida a economia em meio a crise financeira mundial de 2008/2009.

O PAC compõe um conjunto de medidas administrativas e jurídicas que visa romper os obstáculos do crescimento, incentivar o investimento privado e o aumento do investimento público em infraestrutura, apresentados em três eixos de atuação: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, etc); energética (geração e transmissão de energia hidrelétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis) e social urbano (habitação, saneamento, luz pra todos, recursos hídricos e metrô) (BRASIL, 2007).

Neste interstício, no Ceará, o governador eleito Cid Gomes assume com o plano de governo *Plano de Desenvolvimento Justo e Solidário: novo jeito de fazer*, para ser executada no quadriênio de 2007 a 2010. Este plano articula-se com o projeto nacional através da organização do território para favorecimento do fluxo de capital como realização de obras de infraestrutura logística e energética, subsidiados pelo PAC.

O plano *Novo Jeito de Fazer* concentra componentes voltados para o espaço rural na área de Desenvolvimento Econômico, composta pelas quatro subáreas; Emprego e Renda, Micro e Pequenas Empresas, Desenvolvimento Rural e Turismo Sustentável. Aliando o desenvolvimento ao discurso da conservação ambiental, o plano de governo previa objetivos voltados para pequena produção familiar com base na agroecologia e, concomitantemente, incentivo ao aumento da produção e da produtividade agrícola incorporando inovações tecnológicas, levando qualidade de vida

¹⁴Sobre o PAC, disponível em <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acessado em: 14/07/2016.

a população rural, gerando emprego e renda no campo, como identificado em Gomes e Pinheiro (2007, p. 37)

Construir um processo de desenvolvimento agrário que aponte para a uma sociedade rural composta majoritariamente de unidades de vida e trabalho, de caráter familiar, multifamiliar, comunitário, ou coletivo, livremente associadas no processo de produção, beneficiamento, processamento, comercialização e consumo, tendo por base a agroecologia, a convivência criativa com o semi-árido e a sócio-economia solidária.

Promover o Grande Salto no setor agrícola pelo aumento da produção e da produtividade agrícolas, baseado na redução à vulnerabilidade às secas e na introdução de inovações tecnológicas, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico, o que promoverá um aumento na qualidade de vida das populações rurais pela geração de emprego e renda, com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

Além desses termos em que foi colocado o espaço rural, a partir da dimensão econômica, não se estabelecem diretrizes para a ação destes objetivos, bem como não há referências à emergencial questão fundiária.

Em suma, a conjuntura inaugurada no primeiro governo Lula, após uma década de governos neoliberais, foi se definindo a partir da necessidade de manutenção da governabilidade do PT no poder institucional. Isto gerou certa incompreensão por parte de sua base de apoio em virtude da política implementada por seus governos, estando muito aquém das expectativas das principais organizações e movimentos sociais.

Após oito anos, Lula engatou dois mandatos bastante controversos. Enquanto uns afirmam ter havido um rompimento com o ideário neoliberal, denominado de governos pós-neoliberais (SADER, 2013), outros acreditam ter ocorrido um “desenvolvimento de inclusão” típico de um governo neodesenvolvimentista que “destravou o capital”, mas não abriu mão de medidas sociais (FIORI, 2007). Há aqueles que são categóricos quando afirmam ter ocorrido um continuísmo neoliberal, fomentado por FHC e, não só mantido por Lula, como aprofundando em seus governos (CARCANHOLO, 2010).

Ocorre que não há dúvidas quanto a não realização da reforma agrária em seu governo. Não por uma suposta traição do Partido à sua base aliada, mas pela própria correlação de forças que estruturam o Estado e diante dos arranjos políticos que conduziram a construção de um projeto para atender os interesses antagônicos das forças populares e das forças econômicas.

3 MOSAICO DE RESISTÊNCIAS: ESPACIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NO CEARÁ

O caminho percorrido para compreendermos as lutas por terra no Estado do Ceará levou-nos a abordar, no capítulo anterior, os planos de desenvolvimento para o campo endossados pelos governos federais e estaduais. Naquele capítulo, colocamos em relevo as políticas públicas voltadas para a reforma agrária, estruturadas de modo a não interferir nas estratégias políticas e econômicas que priorizaram o avanço do capital no espaço agrário.

Nesta seção, interseccionaremos a discussão apresentada anteriormente à análise dos conflitos agrários desencadeados entre 1995 até 2010. Neste ponto, pretendemos identificar os sujeitos coletivos e suas ações, mobilizados em movimentos sociais e organizações na defesa de seus territórios e na luta pelo acesso à terra através do processo de espacialização da luta pela terra.

No intuito de construirmos um retrato possível sobre a realidade dos conflitos agrários ocorridos no Ceará no referido recorte de tempo, o capítulo fora dividido em duas sessões. No primeiro momento, expomos os conflitos ocorridos durante os dois governos psdbistas de FHC e Tasso Jereissati, entre 1995 até 2002. Em segundo, destacamos o entendimento dos conflitos agrários acontecidos durante os governos de Lula, entre 2003 a 2010, na ocasião em que estiveram à frente do governo estadual Lúcio Alcântara (2003 – 2006) e Cid Gomes (2007 – 2010).

3.1 Identificando os conflitos e os sujeitos envolvidos

No Ceará, segundo dados reunidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 1995 a 2010, eclodiu 156 conflitos por terra, envolvendo 17.775 famílias. Entendemos que estes números representam um retrato, mas não traduz a real dimensão do rastro de barbárie deixado pelo modelo de desenvolvimento que se erigiu no estado, pois os casos que vieram a público são as opressões que nem mesmo o medo da violência conseguiu silenciar ou invisibilizar.

Partimos desse conjunto de incidências para expor as vicissitudes do campo em que elas foram geradas. Assim, construímos uma narrativa sobre os avanços e os recuos dos conflitos por terra identificados nos cadernos da CPT, explorando as similitudes e as diferenças nas formas de escrever no espaço um processo de luta em temporalidades distintas. Compartilhamos de Fernandes (1994, p.120) o entendimento sobre o ato de registrar no espaço um processo de luta através da espacialização

É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados (...) conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização.

As escrituras no espaço desses processos de luta são efêmeras e estão intimamente relacionadas com as conjunturas políticas atravessadas. De acordo com Souza (s/n), os movimentos sociais “ora pressionam os governos de modo a criarem novos projetos de reforma agrária, regularizando áreas ou desapropriando áreas em situação irregular, ora sentem-se obrigados a retroceder por força da lei ou por apoio político”. Partindo deste arranjo, buscamos compreender: como se estabeleceram os movimentos de espacialização dos conflitos por terra no Ceará nos governos de FHC e Lula? Quais os sujeitos que protagonizaram estes processos?

3.1.1 Conflitos de 1995 até 2002:

O primeiro quadriênio do governo de FHC (1995 – 1998) veio acompanhado, no Ceará, do retorno de Tasso Jereissati ao Governo do Estado. Além da aproximação partidária, ambos representantes políticos do PSDB, Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati incorporaram em seus governos ajustes políticos e econômicos com direcionamentos neoliberais em diversos setores.

No espaço agrário, tais ajustes recaíram sobre o setor produtivo, com a expansão do modelo de produção agroexportador, voltado para “atender os interesses de mercados internacionais e para gerar os dólares necessários para pagar os juros da

dívida externa”, conforme expresso por Oliveira (2007). Concomitantemente, as medidas neoliberais foram incorporadas à construção de um modelo de reforma agrária de mercado, objetivando ser, além de um modelo alternativo a reforma agrária desapropriatória, um mecanismo de despolitização da luta pela terra.

O Ceará foi o único estado brasileiro que vivenciou todas as etapas de implantação da política fundiária de compra e venda de terra, desde sua execução como experiência piloto, em 1996. Assim, é possível observar como este tipo de política reverberou sob as ações de contestação dos coletivos que lutavam pela terra.

Quando averiguamos os dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1995; 1996; 1997; 1998) referente aos conflitos por terra no Ceará entre 1995 e 1998, foi possível acompanhar uma diminuição nas ocorrências de conflitos. A Tabela 1 aponta 1995, primeiro ano do governo FHC e do lançamento das *Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária*, pautadas na desapropriação de propriedades improdutivas, como sendo o ano de maior conflitualidade no quadriênio em questão, com 18 registros.

Contudo, em 1996, ano que ocorreu o processo de implantação do projeto-piloto de reforma agrária via mercado no Ceará, o programa *Reforma Agrária Solidária*, foi possível observar a descompressão das ações dos movimentos camponeses com o recuo da espacialização das lutas por terra, tendo sido registrados 12 conflitos. Apesar disto, esse ano registrou o maior número de famílias mobilizadas em campo, com 1.065 famílias envolvidas em algum tipo de conflito por terra.

Já em 1997, houve menos conflitos registrados (Apenas 7) e menor participação de famílias nas ações (163). No mesmo ano, o fomento à política fundiária de aquisição de terras através da compra e venda foi redimensionada para um projeto de abrangência regional no qual o Ceará continuou inserido, o Projeto Piloto de Alívio da Pobreza Rural – Projeto Cédula da Terra.

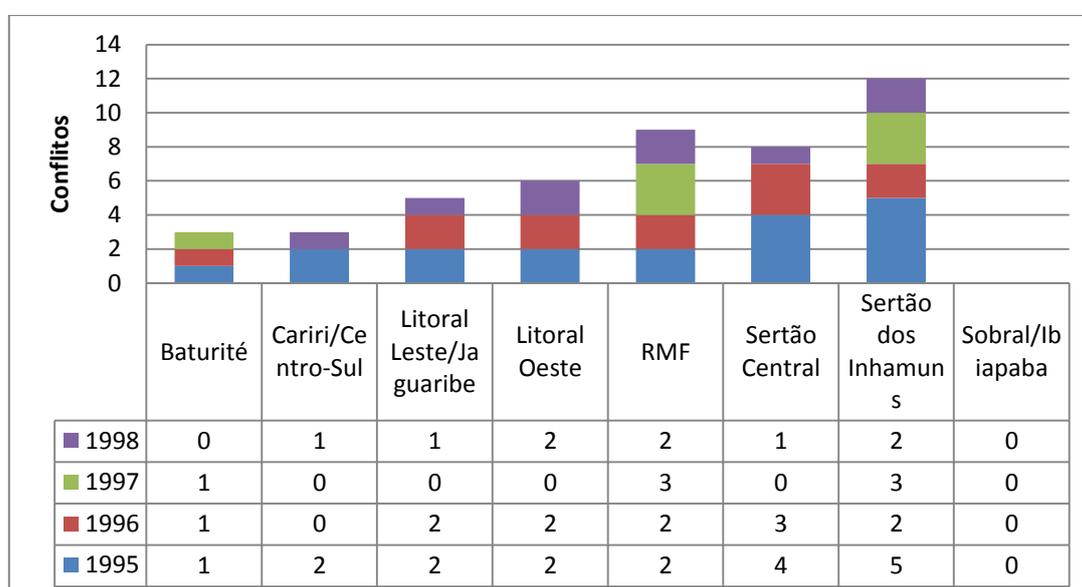
Tabela 1 – Conflitos por terra no Ceará entre 1995 a 1998.

Anos	1995	1996	1997	1998	Total
Nº de Conflitos	18	12	7	9	46
Nº de Famílias	614	1.065	163	664	2.506

Fonte: Conflitos no Campo Brasil (1995; 1996; 1997; 1998). Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Deste ciclo de governo, entre 1995/1998, registram-se 46 conflitos por terra, mobilizando 2.506 famílias no Ceará, espacializados em 32 municípios. Deste universo, 18 conflitos, aproximadamente 39%, resultaram em ocupações de terras públicas e/ou privadas. Com uma média anual de pouco mais de 11 conflitos, somente a região de Sobral/Ibiapaba não registrou conflito agrário neste quadriênio. O Gráfico 1 abaixo elucida a distribuição destes conflitos.

Gráfico 1 – Índices de conflitos no Ceará por região (1995 – 1998).



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, (1995; 1996; 1997; 1998). Org. PINTO, Luana Elis Oliveira Pinto, 2016.

As regiões dos Sertões dos Inhamuns, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e do Sertão Central se configuraram, no período entre 1995/1998, como as regiões de maior concentração de conflitos, registrando 12, 9 e 8 conflitos, respectivamente.

Nos sertões, destacamos o predomínio dos conflitos agrários de enfrentamento ao latifúndio, com ocupações de fazendas. Na região dos Inhamuns ocorreram conflitos nos municípios de Novo Oriente (4), Tamboril (2), Tauá (2), Independência (1), Ipaporanga (1), Parambu (1) e Caririaçu (1). Na região Central, os conflitos se concentraram nos municípios de Canindé (3), Quixeramobim (2), Mombaça (1), Madalena (1) e Santa Quitéria (1).

A região dos sertões cearense tem um vasto histórico de conflitos agrários. No início, de acordo com Barreira (1992), estes conflitos não transbordavam os limites da fazenda, brotavam do reclame de trabalhadores rurais por relações de trabalho mais justas, contra a cobrança abusiva da renda territorial por parte do proprietário da terra. Contudo, à medida que os trabalhadores foram tomando consciência do grau de dependência e das opressões sofridas, as relações de dominação tradicional representadas nas figuras do “coronel”/proprietário da terra e do morador(a) de condição/trabalhador(a) rural começaram a sofrer rupturas, desencadeando um processo de expulsões e despejos.

Diante deste contexto, as lutas do(a)s trabalhadore(a)s rurais se redefiniram em torno da pauta do direito a permanecer na terra laborada por anos a fio, resultando em movimentos de resistência às expropriações. A partir disto, os conflitos passaram a expor a condição de subordinação na qual se encontrava o(a) trabalhador(a) do campo e seu desejo de transformar essa realidade, dando visibilidade às violências suportadas e ganhando representatividade com a intensificação dessa forma de luta (DINIZ, 2009).

Já na Região Metropolitana de Fortaleza, os conflitos se concentraram nos municípios de Chorozinho (3), São Gonçalo do Amarante (3), Aquiraz (1), Itaitinga (1) e Fortaleza (1). Aqui as lutas por terra se desencadearam por razões diversificadas. É válido o destaque para os conflitos que se desenvolveram em Chorozinho, onde o imóvel de propriedade do Banco Sudameris Brasil S/A, conhecido pela população local de Fazenda Camará, passou por sucessivas ocupações de famílias sem-terra (RODRIGUES, 2015) e os conflitos em São Gonçalo do Amarante envolvendo comunidades tradicionais locais contra a construção do Complexo Industrial do Porto do Pecém, empreendimento bastante simbólico para o projeto de desenvolvimento promovido pelo Governo do Estado (TÓFOLI, 2012).

A Fazenda Camará, de propriedade do Banco Sudameris, foi ocupada pela primeira vez em dezembro 1995, ocorrendo conflitos entre as famílias acampadas e o gerente da fazenda. Reconstruindo o momento de luta vivido pelas famílias sem-terra, Rodrigues (2015, p.19) destacou

Após a ocupação e os conflitos gerados na ocasião, foi expedida, pela justiça do Ceará, uma ação de reintegração de posse, que a polícia

militar do Estado do Ceará teria que cumprir. Na iminência de uma possível catástrofe de proporções não previsíveis, o então cardeal de Fortaleza Dom Frei Aloísio Lorscheider solicitou ao governador Tasso Ribeiro Jereissati que o mesmo “segurasse” as tropas até que fosse possível resolver de forma pacífica o conflito.

Para encontrar uma resolução pacífica, o INCRA entra em ação na mediação do conflito e apresenta às famílias a proposta de transferência para outra área desapropriável. Barreira (1992, p.120), ao estudar os agentes de mediação das lutas camponesa, destacou que a “interferência do INCRA nos conflitos sociais serve para impor limites não só ao arbítrio dos proprietários, mas também da polícia local”.

O conflito foi dissolvido em Chorozinho e culminou na criação do Projeto de Assentamento Lagoa do Mato Camará, no município de Aracati. Apesar da conquista das famílias assentadas, após o primeiro movimento de ocupação da Fazenda Camará, a intervenção do Estado agiu no resguardo do latifúndio, movendo dezenas de famílias de uma região para outra.

Passado alguns meses da resolução do primeiro conflito, a Fazenda Camará é novamente ocupada, em maio de 1996, desta vez por famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que resistiram até conquistarem a terra desejada. Esta última ocupação resultou na criação do assentamento Zé Lourenço, com o assentamento de 71 famílias em uma área de 1.791, 20 hectares. “As famílias que moram no assentamento são provenientes dos municípios de Aracoiaba, Capistrano, Chorozinho, Eusébio, Ocara, Redenção entre outros. Estas famílias trabalhavam como parceiros, meeiros ou morador de condição antes de ocuparem a fazenda” (MARTINS, 2000 apud RODRIGUES, 2015, p.18).

Entendemos o ato de ocupar a terra como uma ação política encontrada pelos trabalhadore(a)s do/no campo de enfrentar diretamente à problemática da concentração de terra no nosso País. Na sua essência, a ocupação é uma estratégia da classe camponesa de resistência à lógica do capital reproduzido no campo e de imposição de suas demandas ao Estado. A partir disso, concordamos com Fernandes (1994, p.62) quando ele afirma que

A ocupação é um processo sócio-espacial e político que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. São os camponeses desafiando o Estado que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral.

O Estado, por vezes, surge não apenas como agente de mediação de interesses entre classes sociais em situações de conflitos. Ele aparece como agente promovedor de conflitos na busca de realizar as condições materiais para a reprodução da racionalidade capitalista.

Os conflitos desencadeados no município de São Gonçalo do Amarante, em 1996, 1997 e 1998 (com desdobramentos nos anos seguintes), por exemplo, estavam ligados à ação do Estado na implantação do Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP). Este se insere no plano de governo *mudancista* do grupo Jereissati de projetar o Estado do Ceará na economia mundializada. Conforme apresentado por Freire (2003, p.97)

O porto destina-se a exportação de cargas para o comércio exterior, possibilitando a atracação de navios de grande porte e rápida descarga. É o primeiro do país a operar dentro do modelo da nova legislação portuária e o único a começar a operar na categoria de terminal privativo de uso misto (movimentação de carga própria e de terceiros). Aí deverão ser instaladas indústrias ligadas ao setor siderúrgico, metal-mecânico e alimentício.

A construção do CIPP, pensado estrategicamente para ser canal de escoamento da produção do interior do estado para o mundo, foi responsável por gerar uma série de conflitos envolvendo grupos sociais que “compartilham vivências, processos históricos e relações tradicionais com uso e permanência na terra” (TOFÓLI, 2012, p.4), como trabalhadores rurais, pequenos proprietários, populações indígenas e quilombolas.

Com o passar dos anos e com o avanço das instalações do CIPP, os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia passaram a concentrar conflitos com frequência, como destacaremos a seguir.

No Litoral Oeste também foi registrado conflitos de grande expressão. Esta região concentrou entre 1995 e 1998 seis conflitos, distribuídos nos municípios de Amontada (2), Itapipoca (1), Itarema (1), Paracuru (1) e Morrinhos (1).

Na Comunidade Barra das Moitas¹⁵, localizada no município de Amontada no qual no ano de 1996 deflagrou-se um conflito pela posse da terra, “envolvendo 44 famílias de agricultores e pescadores artesanais na luta pela posse de uma área de apenas 25 hectares [e o] senhor Eliézer Vital, que vinha com o processo para aquisição de terra se arrastando desde 1994 sem solução” (HOLANDA, 2006, p.109).

Este conflito expõe a realidade enfrentada pelos posseiros em todo o país. Este sujeito que “trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário” como expresso por Martins (1981, p.103) e, em virtude da indefinição da condição jurídica da terra, são invisíveis para o Estado e para as autoridades locais que os representam. Segundo o citado autor, o posseiro ou ocupante não pode ter sua condição confundida com a do agregado – morador de “favor”, de “condição” – e nem com a do parceiro ou arrendatário. Estas relações são decorrentes da dependência do camponês com o proprietário da terra de trabalho.

Nesta condição, conforme Martins (1981), a terra do posseiro se torna alvo fácil de *traficantes de terras*. Os grileiros, como são conhecidos os falsificadores de títulos de terras, se assenhoram criminosamente de uma terra que não é sua, geralmente daquela que está na posse de camponeses simples, com o fim único e exclusivo de obter a renda territorial.

Assim, para evitarem a expulsão de suas posses, encontram-se, com frequência, conflitos envolvendo posseiros na defesa de seus territórios historicamente ocupados e que estão sendo ameaçados pela valorização da terra ou por estarem localizados em áreas estratégicas para a realização de projetos de modernização do

¹⁵A demora em solucionar o conflito pela posse da terra em Barra das Moitas, Amontada, resultou na morte do policial reformado Eliézer Vital em 1998, após ele invadir pela madrugada o acampamento e ameaçar as famílias (Jornal Sem Terra, 2000). Dez anos depois, a justiça condenou sete trabalhadores rurais a doze anos de prisão. (“Júri condena sete réus por morte de policial”, disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/juri-condena-sete-reus-por-morte-de-policia-1.423178>. Acessado em: 18/08/2016).

Estado. Conflitos como estes e tantos outros tiveram agravamentos no quadriênio seguinte.

À parte os conflitos supracitados, as demais regiões tiveram registros de lutas por terra nos seguintes municípios: Litoral Leste Jaguaribe, totalizando cinco ocorrências nos municípios de Jaguaribara (1), Jaguaruana (2), Beberibe (1) e Russas (1); Cariri/Centro-Sul, onde os três conflitos fizeram presença nos municípios de Cariús (1), Icó (1) e Várzea Alegre (1) e na região de Baturité, com três conflitos em Acarape (1), Ocara (1) e Baturité (1).

Entre 1999 e 2002, marco do continuísmo dos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissati, o Ceará experimentou um fenômeno de intensa pressão dos conflitos por terra, logo no primeiro ano dos novos governos e, posteriormente, um rápido arrefecimento que perdurou nos dois anos seguintes. Com o fim próximo dos governos, em 2002, há um reaquecimento dos movimentos de conflito por terra. Na Tabela 2, logo a seguir, podemos acompanhar este cenário.

No ano de 1999, quando se deu a inauguração do projeto federal de inserção nacional da reforma agrária e da agricultura familiar na lógica mercadológica – o Novo Mundo Rural (1999) – houve uma intensificação de conflitos por terra no Ceará, expresso na deflagração de 21 ocorrências, ponto máximo dos conflitos neste ciclo de governo.

A tendência ao crescimento dos conflitos agrários, que vinha desde o ano anterior, foi contida já no ano seguinte, em 2000, com oito ocorrências, aprofundando em 2001 com o menor número de conflitos registrados, apenas quatro. Ao aproximar-se do período eleitoral, os conflitos reaquecem e registram sete ocorrências em 2002.

Tabela 2 – Conflitos por terra no Ceará entre 1999 a 2002.

Anos	1999	2000	2001	2002	Total
Nº de conflitos	21	8	4	7	40
Nº de Famílias	1.127	472	147	1.225	2.971

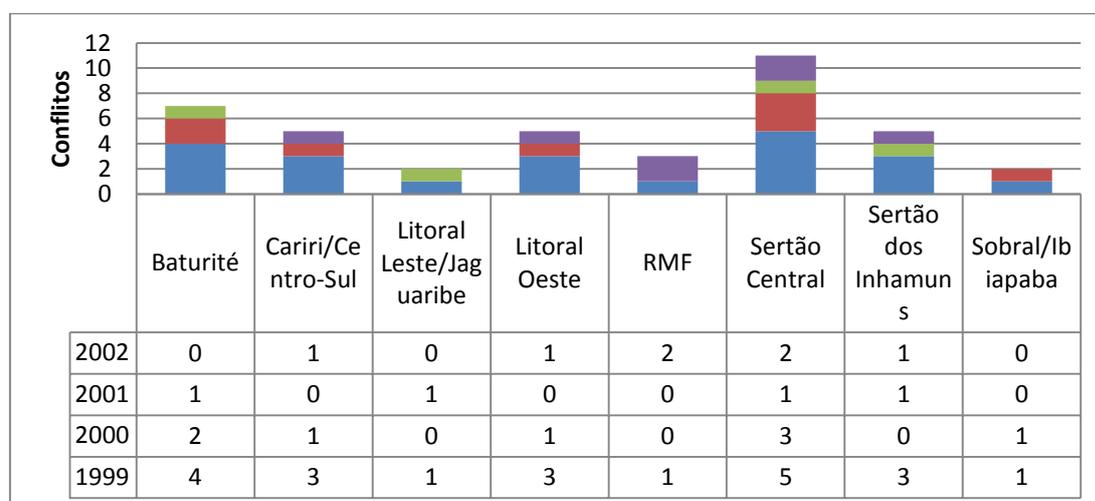
Fonte: Conflitos no Campo Brasil (1999; 2000; 2001; 2002). Org. PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

O arrefecimento das ações contra a tendência concentracionista da terra no Ceará pode ser entendido a partir de dois fenômenos articulados: o primeiro foi a expansão da política de reforma agrária de mercado no território cearense que colocou em segundo plano o modelo de reforma agrária desapropriatória, como observado por Alencar (2005). Neste período foram implementados os programas Banco da Terra e do Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. Por último, a intervenção do Estado através de medidas de criminalização dos movimentos sociais e, conseqüentemente, do aumento da violência do poder público e privado que foi primordial para a diminuição no número de conflitos.

Tais estratégias políticas do PSDB de FHC e Jereissati, para fazer frente aos movimentos sociais a partir de mudanças legais (OLIVEIRA, 2007), fizeram com que as ações de ocupação no Ceará registrassem uma sensível queda, de 18 ocupações registradas entre 1995/1998 para 14 ocupações no período de 1999/2002, representando 35% do total de conflitos por terra ocorridos.

Apesar disto, as manobras do Estado para desmobilização da luta pela terra não foram suficientes para retirar de campo as 2.971 famílias envolvidas em conflitos por terra no Ceará. Estas ações somaram 40 ocorrências, presentes em 26 municípios. Quando observamos a distribuição destes conflitos que atingiram uma média de 10 conflitos por ano, percebemos a sua presença em todas as regiões do território cearense. O Gráfico2 esmiúça este cenário.

Gráfico 2 – Índices de conflitos no Ceará por região (1999 – 2002).



Fonte: Conflitos no Campo Brasil, (1999; 2000;2001; 2002). Org. PINTO, Luana Elis Oliveira Pinto, 2016.

A região do Sertão Central destacou-se com 11 conflitos localizados nos municípios de Quixeramobim (4), Quixadá (2), Santa Quitéria (2), Senador Pompeu (1), Canindé (1) e Banabuiú (1).

As ações de camponeses organizados em prol da conquista da terra na região Central, neste período de 1999 até 2002, continuaram confrontando o latifúndio. Como exemplo, destacamos a resistência dos conflitos agrários localizados no município de Quixeramobim, fruto de ocupações de trabalhadore(a)s rurais sem terra organizados pelo MST Ceará.

O conflito envolvendo trabalhadore(a)s rurais sem terra e o proprietário da Fazenda Ladeira no município de Quixeramobim, em 1999, resultou na ocupação da mesma e desenvolveu-se sob a ameaça do latifundiário. O relato do conflito expresso no Jornal Sem Terra (2000, p.7) denunciou a certeza de impunidade que encorajava o proprietário da terra a afirmar que “a [Fazenda] Ladeira será o “Eldorado dos Carajás” do Ceará, visto que lá morrerão todas as setenta famílias”¹⁶.

No mesmo período de 1999/2002, a região de Baturité, registrado sete conflitos, sobressaiu o porquê de todas as ocorrências se localizarem no município de Ocara. As sistemáticas lutas por terra aí desenvolvidas representaram o enfrentamento ao poder do latifundiário e a resistência das famílias organizadas pelo MST no Ceará. Mesmo diante da violência do poder privado, que ceifou a vida de um trabalhador rural, não houve recuo na luta que se estendeu durante todo o segundo período dos governos em questão (JORNAL SEM TERRA, 2000).

Anteriormente, a região de Baturité já havia registrado um conflito no município de Ocara, na Fazenda Córrego do Facó (CPT, 1995). Este conflito envolveu trabalhadore(a)s rurais sem terra que ocuparam a fazenda e encontraram apoio dos moradores da mesma, segundo o registro encontrado no Jornal Sem Terra (1995, p.12)

Cerca de 400 famílias de trabalhadores rurais sem terra, ocuparam a fazenda Córrego do Facó, de 7.500ha no município de Ocara. (...) Os sem terras arranjaram o apoio de uma das herdeiras da fazenda que

¹⁶Matéria “Luta e resistência do povo sem terra”, disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=4241&Pesq=>. Acessado em: 10/08/2016.

ligou para o MST para dar apoio aos acampados, dizendo que quer mesmo que a terra, controlado por um primo, seja desapropriada. Dentro da área, cerca de 20 moradores aderiram à ocupação.¹⁷

A demora na resolução da situação na Fazenda Córrego do Facó, resultou no registro de novos conflitos no local (CPT, 1999; 2000). No ano de 2000, o município de Ocara registrou outras áreas em conflito, como na Fazenda Lagoa do Serrote, onde o tensionamento atingiu o nível mais cruel de violência com o assassinato do trabalhador rural Francisco Aldenir Pinto Mesquita. Conforme relatos à época encontrados no *Jornal Sem Terra* (2000, p. 14)

O assassinato de Aldenir foi consequência de uma série de fatos que, por si só, conspiram contra a organização dos trabalhadores e a favor dos latifundiários – processos de desapropriação emperram, graças à velha e engenhosa burocracia; vistorias custam a ser realizadas e quando são feitas, erros gritantes são cometidos; os crimes praticados contra trabalhadores rurais dificilmente são punidos.¹⁸

O descaso no julgamento do crime cometido contra o trabalhador rural “Denir”, permanecendo impunes tanto o mandante quanto os executores do crime, revela-se como mais uma injustiça legitimada pelo Estado que não julga os algozes dos camponeses com a mesma rapidez e eficácia que condena um trabalhador rural ou uma liderança camponesa quando envolvidos em lutas pelo direito ao acesso à terra¹⁹.

As regiões dos Sertões dos Inhamuns e Cariri/Centro-Sul registraram o mesmo número de conflitos, cada qual com cinco ocorrências. Nos Inhamuns esses conflitos localizaram-se nos municípios de Crateús (1), Independência (1), Monsenhor Tabosa (1), Tamboril (1) e Tauá (1). Na região do Cariri/Centro Sul, localizaram-se nos municípios de Icó (2), Iguatu (1), Aurora (1) e Antonina do Norte (1).

¹⁷ Matéria “Mais um latifúndio cearense é ocupado”, disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=6194&Pesq=conf+lito+terra+ocara>. Acessado em: 10/08/2016.

¹⁸ Matéria “Desapropriação sai somente depois do assassinato de sem terra”, disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=4241&Pesq=>. Acessado em: 11/08/2016.

¹⁹ O agravamento do conflito em Barra das Moitas, em 1998, visto anteriormente e o desfecho, com a condenação dos trabalhadores rurais a prisão atesta essa contraditória realidade.

Do mesmo modo, registrando cinco ocorrências de conflitos agrários, o Litoral Oeste vivenciou situações de conflitos por terra em Acaraú (3), Amontada (1) e Granja (1). Não apenas nesta região, como em toda zona costeira do litoral cearense, os conflitos agrários passaram a ser recorrentes.

Segundo Lima (2014, p 190) a incorporação produtiva do litoral à economia nacional e internacional despertou um processo de valorização das terras costeiras. Este processo foi engatado progressivamente pela gestão *mundacista* de Tasso Jereissati e atraiu diferentes agentes, desenvolvendo “atividades turísticas de massa, a implantação da carcinicultura e a instalação de parques de produção de energia eólica”.

Essas atividades que são, na sua maioria, apoiadas pelo Estado, além de serem insustentáveis do ponto de vista ambiental, ameaçam os territórios de povos e comunidades tradicionais, desencadeando uma série de conflitos envolvendo posseiros, indígenas, pescadores, agricultores, etc. Os contornos deste quadro se tornarão mais nítidos na análise dos conflitos dos anos posteriores.

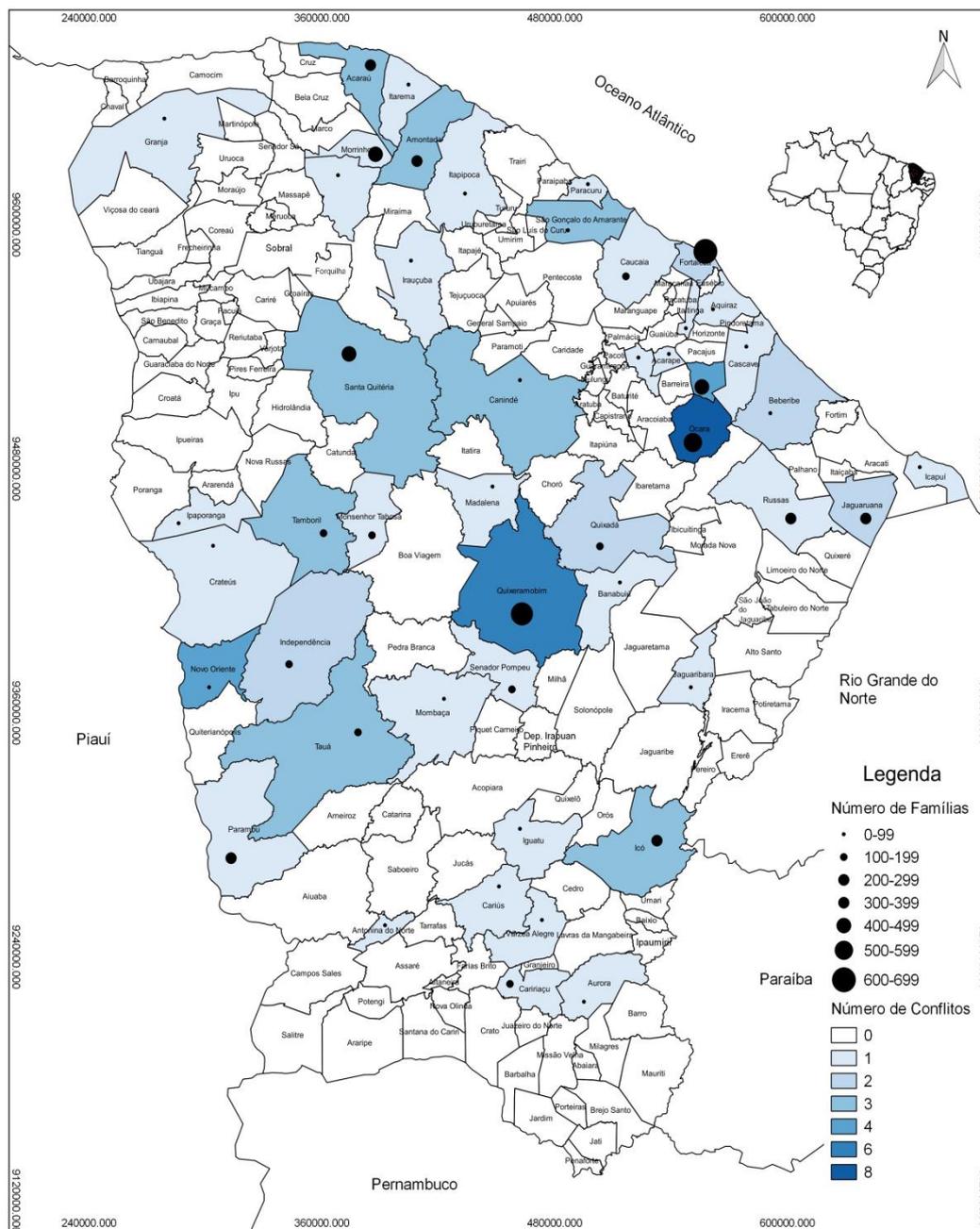
A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ainda que não tenha permanecido como região de intensas mobilizações como no período anterior, registrou, entre 1999/2002, três conflitos nos municípios, em Chorozinho (1), Caucaia (1) e Fortaleza (1).

No Litoral Leste/Jaguaribe, os conflitos estiveram presentes com duas ocorrências, nos municípios de Icapuí (1) e Beberibe (1). Do mesmo modo, na região de Sobral /Ibiapaba com dois conflitos expressos em Irauçuba (1) e Santana do Acaraú (1).

No decorrer dos oito anos da política neoliberal psdbista no Ceará (1995 – 2002), as mudanças legais que foram sendo realizadas, como a expansão das políticas públicas de reforma agrária de mercado e a execução de medidas coercitivas para represamento dos movimentos sociais através da criminalização de suas ações, não foram suficientes para retirarem do campo de resistência milhares de famílias.

Tal afirmação pode ser validada na realidade dos fatos aqui rememorados e nas marcas da espacialização dos conflitos expressas na Figura 1, a seguir. Neste recorte temporal, 47 municípios registraram incidências de conflitos por terra. Os Sertões, Central e dos Inhamuns, e a Região Metropolitana de Fortaleza se configuraram como as regiões com maior conflitualidade. Os conflitos incidiram em oito municípios de

FIGURA 1 – Mapa: Conflitos por terra no Ceará (1995 – 2002).



Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Mestrado em Geografia
 Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
 Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido

Pesquisadora: Luana Elis Oliveira Pinto
 Orientadora: Alexandra Maria de Oliveira
 Título: Conflitos por Terra no Ceará (1995 - 2002)

0 20 40 Km

Sistema de Projeção UTM
 DATUM: Sirgas 2000
 Escala: 1:2.600.000

Fontes: CPT. Conflitos no Campo- Brasil
 IBGE. Divisão Municipal

cada região, e a região como menos índice de conflitos foi a de Sobral-Ibiapaba, em dois municípios.

Mesmo diante da diminuição nos registros de conflitos agrários, de 46 entre 1995/1998 para 40 entre 1999/2002, ocorreu o aumento no número de famílias nas frentes de luta pela terra, de 2.506 entre os anos 1995/1998 para 2.971 entre 1999/2002.

A mobilização em massa das famílias nos conflitos agrários são reflexos do contraditório movimento de desenvolvimento do capitalismo no campo, logo, a reprodução da conflitualidade é inerente a própria lógica capitalista. Ainda que o Estado venha executando intervenções no espaço agrário com o objetivo de manter o controle social através do atendimento das demandas dos movimentos de representação camponesa, o mesmo endossa projetos de (des)envolvimento que não só excluem essa parcela da população, como as expropriam e as invisibilizam.

3.1.2 Conflitos de 2003 até 2010:

A conjuntura inaugurada no ano de 2003 e programada para durar até 2006 marca a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Diferentemente da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) para o executivo federal, no Ceará permaneceu no poder o representante do PSDB e sucessor político de Tasso Jereissati, o governador Lúcio Alcântara.

O novo governo federal assumiu com a missão de atender a expectativa popular de mudança na estratégia de desenvolvimento para o país. Na esfera estadual, o projeto político a ser conduzido por Lúcio Alcântara caminhava, de um modo geral, para a manutenção do projeto de modernização do Estado capitaneada por seu antecessor.

Ainda que a conquista presidencial de Lula tenha alegrado as esperanças dos movimentos sociais quanto à realização de mudanças estruturais, concretizando uma possível reforma agrária (STÉDILE, 2004), no Ceará, as recentes heranças antipopulares dos governos psdbistas favoreceram para o prosseguimento dos conflitos por terra em estado latente nos dois primeiros anos dos novos governos. Desta maneira,

no ano de 2003 foram registrados 11 conflitos por terra no Ceará, mobilizando 1.529 famílias e, em 2004, os 10 conflitos contabilizados levaram 1.453 famílias às frentes de lutas (CPT, 2003; 2004).

Este cenário de continuidade das lutas por terra, acompanhado do crescimento da participação de famílias envolvidas – a soma das famílias envolvidas em algum tipo de conflito entre 2003 e 2004 (2.982) foi superior a todo o último período analisado (2.971) – pode ser atribuído, conforme destacado por Alentejano (2004b, p.114) “ao fim da repressão sobre os movimentos sociais, a expectativa gerada entre os trabalhadores pela promessa de efetivação da reforma agrária e pelo aumento do desemprego”.

De acordo com o citado autor, a chegada ao poder de um partido dito de esquerda influenciava na confiança e expectativa dos movimentos sociais de que seria possível realizar uma reforma agrária no país, impulsionando camponesas e camponeses para a luta. Alentejano (2004b) ainda destacou que a massificação das lutas foi favorecida pela postura diferenciada assumida pelo presidente Lula ao estabelecer uma “mesa de diálogos” permanente com os movimentos, em contraposição ao posicionamento do governo anterior que reprimiu violentamente e criminalizou²⁰ as ocupações de terra promovidas pelos movimentos sociais como mecanismo de contenção da espacialização da luta contra o latifúndio.

Acrescido a uma conjuntura política de bastante representativa para os movimentos sociais, no segundo ano do governo de Lula foi lançado um plano propositivo para execução da reforma agrária, o II Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, em 2004.

Por sua vez, o governador do estado Lúcio Alcântara relegou a construção de um Plano regional e/ou estadual que estabelecesse um diálogo com as estratégias de desenvolvimento rural contido no II PNRA e que tornaria viável o atendimento das especificidades do homem e da mulher do campo do Ceará.

Em 2000, ainda como senador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara havia reconhecido a importância da reforma agrária para o “desenvolvimento rural, combate a

²⁰ A MP 2109-52/2001 não foi capaz de coibir a luta, mas desmobilizou, esvaziando as ocupações e acampamentos devido ao abandono de famílias com medo da violência e da perseguição de não entrarem no cadastro de beneficiários da reforma agrária.

pobreza, redução do desemprego e eliminação da exclusão social no meio rural (...) para a construção de uma sociedade democrática”²¹. Mesmo assim, ao chegar ao governo do estado, a pauta da reforma agrária ficou de fora do seu plano intitulado “Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão Social” (CEARÁ, 2003).

Nos dois anos seguintes, o Ceará vivenciou um intenso arrefecimento dos conflitos, em 2005, registrando o menor número de conflitos do quadriênio, apenas 2 ocorrências com 180 famílias envolvidas. Em seguida, a retomada das ações ocorreu de modo mais presente no território cearense, contando 9 conflitos por terra animados por 1.559 famílias. A Tabela03 abaixo traz sistematicamente os números de conflito entre 2003 e 2006.

Tabela 3 – Conflitos por terra no Ceará entre 2003 e 2006

Anos	2003	2004	2005	2006	Total
Nº de conflitos	11	10	2	9	32
Nº de Famílias	1529	1453	180	1559	4721

Fonte: Conflitos no Campo Brasil (2003; 2004; 2005; 2006). Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

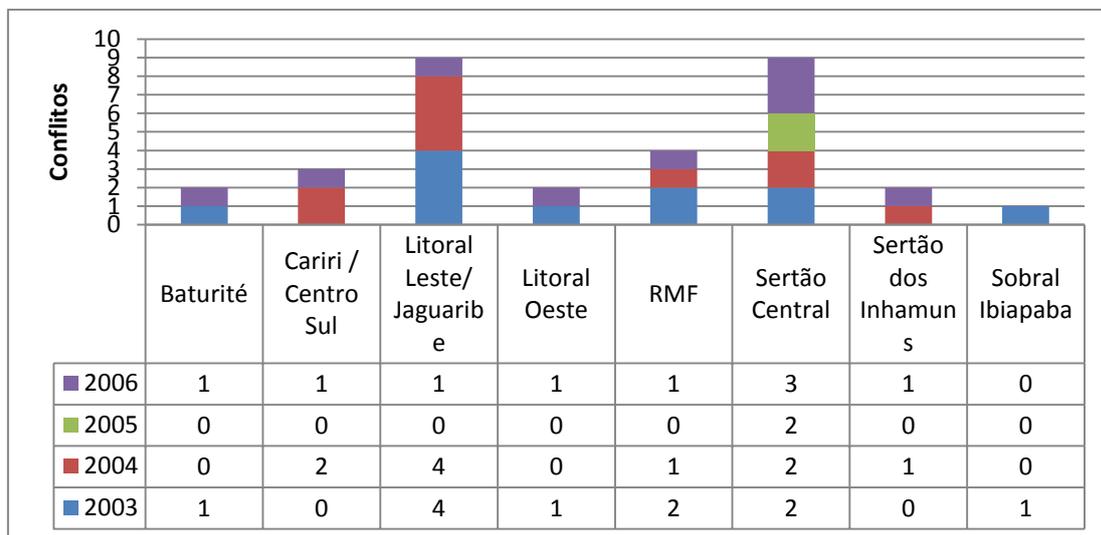
Entre 2003 e 2006, no Ceará foram contabilizados 32 conflitos por terra espacializados por 24 municípios. Os registros deste período são ligeiramente menores do que os números dos últimos quatro anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002), com 40 áreas em conflito. Ao passo que houve uma diminuição de conflitos no governo Lula, o número de famílias envolvidas cresceu consideravelmente nesta mesma conjuntura. O número de famílias envolvidas em conflitos por terra entre 2003/2006 atingiu 4.721 famílias, um aumento de 58% em comparação ao último governo de FHC, no qual foi registrado 2.970 famílias nas frentes de luta no espaço agrário cearense.

Neste ínterim, com uma média anual de 8 conflitos, não existiu uma região do Ceará que não se teve registro de um conflito por terra. Estes estão distribuídos

²¹ Matéria “Lúcio Alcântara condena “indústria das desapropriações””, disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2000/02/23/lucio-alcantara-condena-industria-das-desapropriacoes>. Acessado em: 21/08/2016.

desigualmente pelo território. O Gráfico 3, a seguir, mostra a distribuição por regiões dos conflitos pelo território cearense.

Gráfico 3 – Índices de conflitos no Ceará por região (2003 – 2006)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil (2003; 2004; 2005; 2006). Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

As regiões que estiveram em destaque devido ao estado de conflitualidade, similar em números, foram o Litoral Leste/Jaguaribe e o Sertão Central, cada qual registraram nove conflitos. No Litoral Leste/Jaguaribe os conflitos se concentraram nos municípios de Aracati (4), Beberibe (1), Cascavel (1), Itaiçaba (1), Limoeiro do Norte/Morada Nova (1) e Potiretama (1). Já na parte Central, os municípios onde foram registradas situações de conflitos são Canindé (3), Quixeramobim (2), Choró (1), Itatira (1), Piquet Carneiro (1) e Quixadá (1).

A persistência das lutas contra o latifúndio improdutivo no Sertão Central resultou, no período entre 2003 e 2006, na realização de sete ocupações encabeçadas, na sua maioria, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A materialização destas ocupações em prol da conquista da terra para trabalho levaram as famílias organizadas pelo MST a resistirem até mesmo às decisões jurídicas para desocuparem as áreas dominadas. O caso ocorrido no município de Canindé ilustra o processo de resistência e de luta travado por famílias Sem Terra.

No ano de 2004, após ocuparem e, posteriormente, construírem um acampamento na Fazenda Anna Purna, na localidade Xinuaquê, resistindo por mais de um ano, o MST sofrera a primeira derrota jurídica em 2006. A juíza determinou a retirada das 300 famílias acampadas que reivindicavam a desapropriação de 300 hectares, de 1.200 existentes na fazenda, para a exploração da agricultura de subsistência, conforme matéria divulgada no jornal Diário do Nordeste (2006)

Mesmo com a decisão da justiça, as famílias acampadas acreditam em uma reviravolta do caso. Membros do MST afirmam que vão apelar e por existirem muitas crianças no local e a real necessidade das famílias, a intenção é permanecer onde estão sem haver nenhum conflito. “Precisamos de terra para trabalhar”, disse um dos coordenadores do Movimento.²²

A irracionalidade da grande propriedade privada, mais uma vez, teve o Estado a seu favor ao transformar uma necessidade real e imediata de centenas de famílias em uma longa e burocrática batalha judicial.

Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), os registros nos municípios de Chorozinho (2), São Gonçalo do Amarante (1) e Caucaia (1) somam quatro conflitos por terra. Nesta região, além das ocupações de fazendas improdutivas em Chorozinho e dos conflitos que gravitaram em torno da construção do CIPP em São Gonçalo do Amarante, ganharam visibilidade as lutas de agrupamentos indígenas localizados no município de Caucaia na defesa do território tradicionalmente ocupado, os índios Tapeba.

O conflito registrado no ano de 2006, envolvendo os índios da etnia Tapeba representa um pequeno recorte de um longo processo de luta pelo reconhecimento e demarcação de suas terras. Fazendo enfrentamento a consolidação do território Tapeba encontra-se a Prefeitura de Caucaia, representada por um grupo político que vem dominando naquele município por décadas, a família Arruda. Segundo o levantamento feito pelo Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde do Brasil, “integrantes da família entraram com mandado de segurança, em 1997 e 2006, pela anulação do processo

²² Matéria “Justiça determina retirada das famílias acampadas”, disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/justica-determina-retirada-das-familias-acampadas-1.651873>. Acessado em: 21/08/2016.

demarcatório das terras indígenas do povo Tapeba, que, por três décadas, vem lutando pela demarcação e titulação de suas terras tradicionais”²³.

A dificuldade em assegurar a manutenção dos territórios indígenas no Ceará se expressou também no ano de 2006, início de um longo conflito que envolveu os índios da etnia Tremembé, no município de Itapipoca no Litoral Oeste cearense, contra a implantação de um megacomplexo turístico em suas terras, conforme publicado no Povos Indígenas no Brasil (2011, p. 512)

Orçado em US\$ 15 bilhões, a Cidade Turística Nova Atlântida é o maior projeto turístico do país. Prevê a construção de 13 hotéis de cinco estrelas, 14 resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe, numa área contínua de 12 km de praia. (...) O grupo Nova Atlântida afirma que as terras do empreendimento foram compradas em 1978 e que não existem índios na região²⁴.

O discurso utilizado pelo grupo espanhol de que “não existem índios na região” pode ser entendido como resultado de uma histórica construção da invisibilidade desses povos – tal qual ocorrido com remanescentes quilombolas – chegando a serem considerados oficialmente extintos no Ceará.

A negação do discurso invisibilizador de grupos indígenas passou a se dar através do “emergir” desses coletivos no Ceará, repercutindo em conflitos locais. Este processo desencadeou-se com o “surgimento” dos Tapeba e dos Tremembé, de acordo com Ratts (1996 p.2-3)

Os Tapeba e os Tremembé “apareceram”, em meados dos anos 80, identificando-os como índios e reivindicando o direito às terras que ocupavam. Articulando-se com setores da Igreja Católica, estes grupos chamaram atenção de advogados, missionários, agentes de pastoral e pesquisadores. [Porém] a crescente visibilidade alcançada (...) não implicou numa compreensão geral dos processos vividos por estes grupos e, muito menos, na conquista de direitos.

A partir disso, outros grupos indígenas “apareceram” identificando-se como tal e reivindicando a demarcação de seus territórios. Do mesmo modo, os conflitos envolvendo essas etnias tornaram-se mais notáveis.

²³ Matéria “Mapa de conflitos envolvendo injustiças ambientais e saúde no Brasil”, disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=42>. Acessado em: 22/08/2016.

²⁴ Povos Indígenas do Brasil (2006/2010). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=XXaFH9Y_z0sC&lpq=PP1&dq=povos%20ind%C3%ADgenas%20no%20brasil&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q=tapeba&f=false. Acessado em: 22/08/2016.

Além do conflito abrangendo os Tremembé de Itapipoca, no Litoral Oeste registrou-se no período de 2003 a 2006, mais um ocorrência de conflito envolvendo famílias Sem Terra no mesmo município.

Também apresentaram duas ocorrências de conflito, as regiões de Baturité, nos municípios de Aracoiaba (1) e em Ocara (1) e na região Sertão dos Inhamuns, em Tamboril (1) e Quiterianópolis (1). Na região Sobral/Ibiapaba apenas um registro foi encontrado, no município de Sobral. Já a região Cariri/Centro Sul contou com três conflitos, em Antonina do Norte (1), Ipaumirim (1) e Acopiara (1).

Entre 2007 a 2010, a disputa pelo poder institucional levou o PT a realizar uma ampla aliança partidária que favoreceu a reeleição de Lula para presidente. O custo dessa vitória eleitoral para um segundo mandato de Lula resultou em mudanças políticas nas ações de seu governo. O abandono da política de reforma agrária se configurou em umas dessas mudanças, segundo Oliveira (2010).

A bandeira em defesa da reforma agrária sempre esteve hasteada no programa partidário do PT. Se esta, entre 2003 a 2006, esteve a meio mastro, pois entrou na composição dos planos do governo a muito custo, para os anos 2007 a 2010, sem uma política propositiva de reforma agrária, ela foi arreada de vez (OLIVEIRA, 2010).

A secundarização da política de reforma agrária configurou-se, de igual modo, no plano de desenvolvimento em nível estadual. Cid Ferreira Gomes (PSB), eleito governador do Estado do Ceará para os anos 2007 a 2010, mesmo se colocando como oposição a política hegemônica construída pelo PSDB no estado, deu continuidade ao plano de modernização do Ceará que previa o atendimento às demandas do capital e negligenciamento do amparo as lutas populares.

Inserido nesse contexto, as lutas pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra no Ceará permaneceram na pauta dos movimentos sociais como uma forma de exigir do Estado respostas as suas demandas urgentes. Assim, tem-se registrado entre 2007 a 2009 um aumento progressivo dos casos de conflitos. Contudo, no ano de 2010 esta tendência foi arrefecida, pois houve uma sensível diminuição nos registros de conflitos, como podemos observar na Tabela 4.

Tabela 4 - Conflitos por terra no Ceará entre 2007 e 2010

Anos	2007	2008	2009	2010	Total
Nº de conflitos	7	9	12	10	38
Nº de Famílias	924	2330	2113	2210	7577

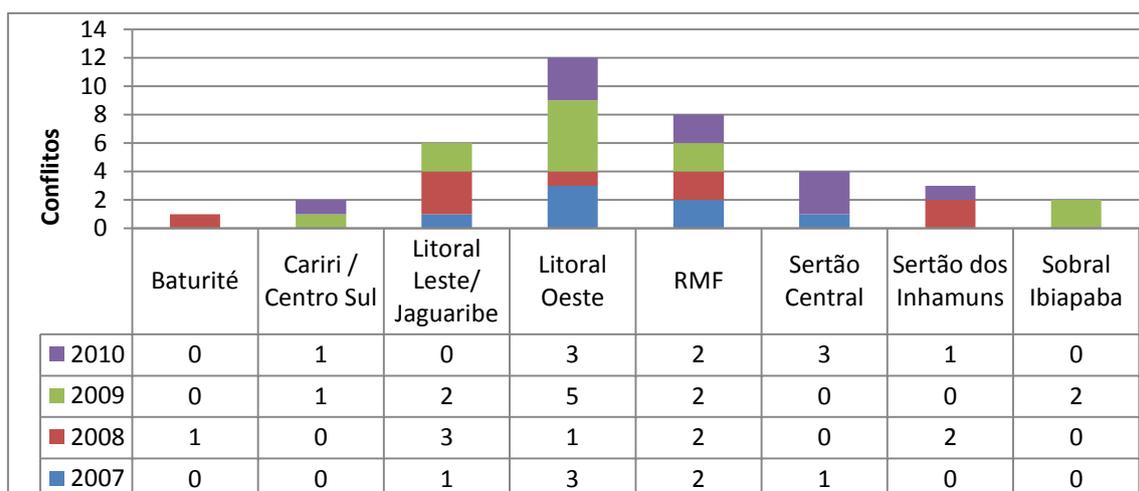
Fonte: Conflitos no Campo Brasil (2007; 2008; 2009; 2010). Elaboração: Autora, 2015.

A análise dos conflitos, ocorrido no Ceará entre 2007 a 2010, mostra um total de 38 registros, espacializados em 25 municípios. Este período superou em 21% os conflitos analisados entre os anos 2003 a 2006, com 32 casos.

No que se refere ao número de famílias envolvidas, o espaço agrário cearense presenciou um expressivo aumento de 60%, com 7.577 famílias, entre 2007/2010, superior as 4.721 famílias em 2003/ 2006. A partir da Tabela 4 acima, observamos que apesar de 2009 se sobressair como o ano de maior conflitualidade, em número de famílias em luta, este não foi superior aos anos de 2008 e 2010, ambos com registros de conflitos inferiores. A pujança das famílias em conflito nestes dois anos (2008 e 2010), quando comparados àquele (2009), deve-se, principalmente, ao protagonismo indígena na defesa dos seus territórios que em 2008 reuniu 1.440 famílias em um único conflito (CPT, 2008) e a estratégica ocupação de um latifúndio urbano promovida pela ação unificada entre MST e o Movimento dos Conselhos Populares (MCP) em 2010 que mobilizou 1.200 famílias (CPT, 2010).

Deste modo, vejamos como que os conflitos agrários se anunciam quando distribuídos por região, no Gráfico4 abaixo.

Gráfico 4 – Índices de conflitos no Ceará por regiões (2007 – 2010)



Fonte: Conflitos no Campo Brasil (2007; 2008; 2009; 2010). Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

A região do Litoral Oeste despontou com o maior número de conflitos durante o período de 2007/2010. Os doze casos de conflitos agrários que foram registrados concentraram-se nos municípios de Itapipoca (6), São Luís do Curu (3), Amontada (1), Bela Cruz (1) e Uruburetama (1). Os conflitos em evidência perpassam as ameaças contínuas que circundam os territórios tradicionalmente ocupados, como se processa nos conflitos – já presenciados entre 2003 a 2006 – envolvendo as terras indígenas da etnia Tremembé contra o empreendimento turístico espanhol *Nova Atlântida*, em Itapipoca e que permaneceram irresolutos durante o governo Lula e Cid, conforme os registros da CPT (2007; 2009; 2010).

Os territórios camponeses juridicamente conquistados também estiveram ameaçados em ocasiões diversas no Litoral Oeste, como constatado nos conflitos enfrentados pelo Assentamento Sabiaguaba (Comunidade dos Caetanos de Cima), em Amontada e o Assentamento Maceió, em Itapipoca (CPT, 2009).

De acordo com as denúncias reunidas no Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde do Brasil, os assentados de Caetanos e Maceió vivenciaram processos de luta envolvendo o mesmo agente grileiro e especulador, o empresário português Júlio Trindade ou Júlio “Pirata”.

Desde 2002, comunidades do município de Itapipoca e Amontada travam uma batalha na Justiça contra a instalação de empreendimento turístico do empresário português Júlio Trindade. As ações se acirraram em 2007 com o início da perfuração de poços e eletrificação

no local pelo grupo de "Júlio Pirata", como é conhecido o presidente da Fundação Pirata Marinheiro²⁵.

O empreendimento turístico ameaçava a preservação das atividades e costumes dos assentamentos litorâneos, pois, se construído, o mesmo limitaria o acesso ao mar, afetando o modo de vida da população que reside na área que é “fundamental para a sobrevivência do assentamento, que tem como atividades principais a agricultura e a pesca, [onde é] realizada a coleta de algas marinhas pelos moradores para venda, além de ser espaço de lazer para cerca de 800 famílias do assentamento e do entorno”²⁶.

No Litoral Oeste, as resistências movidas por trabalhadoras e trabalhadores rurais não se inserem somente na defesa de seus territórios ameaçados, mas também no enfrentamento ao latifúndio expresso na ocupação realizada pelo MST na Fazenda Guaribas, no município de Itapipoca.

Desde 2003, as famílias organizadas pelo MST lutam pela desapropriação da Fazenda Guaribas. A lentidão do poder público na resolução do conflito fez com que os Sem Terra levantassem novo acampamento na fazenda de carcinicultura Qualibrás, em 2007, na mesma localidade. A ação articulada pelo movimento vislumbrava chamar a atenção do Estado para a situação das famílias acampadas, porém ao serem ameaçadas por pistoleiros a serviço do proprietário da terra, decidiram recuar e desocupar a fazenda, conforme relato

O MST deixou (...) a fazenda Qualibrás, de criação de camarão em cativeiros em Itapipoca, região litorânea do Ceará, depois de trabalhadores rurais receberem ameaças de pistoleiros contratados pelo proprietário da área. Na madrugada (...), 150 famílias do MST ocuparam a área para denunciar a destruição ambiental de mangues e a lentidão do processo de Reforma Agrária no estado. O MST denunciou com a ocupação também mais um ato de violência do agronegócio no país com a destruição de manguezais na região pelo grupo Qualibrás. Esse crime ambiental é considerado grave, de acordo com as leis brasileiras, por causa da importância dos mangues na cadeia alimentar marinha²⁷.

²⁵Matéria “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, disponível em <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=44>. Acessado em: 04/09/2016.

²⁶ Matéria “Policiais destroem acampamentos em praias do Ceará”, disponível em <http://antigo.mst.org.br/node/6461>. Acessado em: 04/09/2016.

²⁷ Matéria “Sem Terra saem de fazenda com ameaças de jagunços no Ceará”, disponível em <http://antigo.mst.org.br/node/3465>. Acessado em 03/09/2016.

Ocupações como essa, realizada pelo MST, denuncia o descumprimento do Estatuto da Terra cometido pelo agronegócio nas suas multifacetadas no estado. Além dos latifúndios improdutivos, a propriedade que não assegura a conservação dos recursos naturais, mesmo que mantenha os níveis necessários de produtividade, também está passível a desapropriação para cumprimento da função social²⁸.

Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), foram registrados 8 situações de conflitos localizados em Caucaia (2), Pacatuba (2), São Gonçalo do Amarante (2), Chorozinho (1) e Fortaleza (1). Nesta região, após a luta pelo reconhecimento da identidade e do território indígena Tapeba, outros grupos passaram a colocar em pauta o reconhecimento de suas etnias indígenas, são eles: os Pitaguary, de Pacatuba e os Anacé de Caucaia/São Gonçalo do Amarante.

Os povos indígenas Anacé e Pitaguary sofrem com o sufocamento de seus territórios em virtude do crescimento urbano e indústria que, ao alcançarem suas posses, ameaçam a efetivação de seus direitos, principalmente o reconhecimento de suas terras.

A Terra Indígena Pitaguary, embora demarcada, ainda espera pela regularização fundiária. A morosidade do Estado para conclusão deste processo traz consequências graves para essa população, ocorrendo situações conflituosas como o enfrentamento a reativação de uma pedreira da Empresa Britaboa, em 2008. Ao tornar público o caso, a Chamada de Solidariedade e de Apoio aos Indígenas Pitaguarys, destacou que “essa pedreira está dentro do Território tradicional e faz parte de toda a memória e do patrimônio cultural reivindicado pelo grupo étnico, sendo inclusive espaço para realização de seus rituais”²⁹.

Já o conflito enfrentado pelas 380 indígenas da etnia Anacé, no ano de 2009, estava relacionado com o avanço das obras do Complexo Industrial Porto do Pecém, iniciadas no governo Tasso Jereissati em 1997, e que na gestão do governador Cid Gomes foi impulsionado com o investimento do governo federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

²⁸BRASIL. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm.

²⁹Matéria “Em defesa do território Pitaguary”, disponível em <https://siaraindigena.wordpress.com/2013/02/21/em-defesa-do-territorio-do-povo-pitaguary/>. Acessado em: 05/09/2016.

Na percepção da autora Tófoli (2012, P.17), ao conflito que envolve o reconhecimento e demarcação da TI Anacé e a construção do CIPP pelo Estado atribuem-se aos fatos de

Os Anacé terem se reconhecido já em meio ao processo de mobilização contrária à desapropriação e conseqüentemente ao CIPP [que] fez aflorar um debate sobre a legitimidade ou não da afirmação dessa população indígena (...) e a dimensão do empreendimento e dos interesses político-econômicos a ele associados.

Embora estivesse no plano de desenvolvimento para o Ceará do governador Cid Gomes o objetivo estratégico de implantar uma nova política indigenista para o Estado (GOMES e PINHEIRO, 2007), com ações contextualizadas com a realidade indígena para as áreas da educação, saúde e cultura, em nenhum momento a necessidade de resguardar seus territórios foi colocada em pauta.

Por sua vez, as regiões do Litoral Leste/Jaguaribe – com conflitos em Boa Viagem (1), Cascavel (1), Jaguaruana (1), Palhano (2) e Russas (1); do Sertão Central – conflitos registrados em Madalena (1), Quixadá (1), Quixeramobim (1) e Senador Pompeu (1); do Sertão dos Inhamuns – em Crateús (2) e Tamboril (1), bem como as regiões de Sobral/Ibiapaba, com conflito em Irauçuba (2); do Cariri/Centro Sul – em Icó (1) e Aurora (1); e de Baturité, com um caso de conflito em Ocara, tiveram em comum a presença das lutas envolvendo famílias sem terras.

Segundo o levantamento feito pela CPT (2007; 2008; 2009; 2010), exceto o conflito registrado do município de Cascavel e organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), todos os demais casos de luta pela terra foram resultados da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

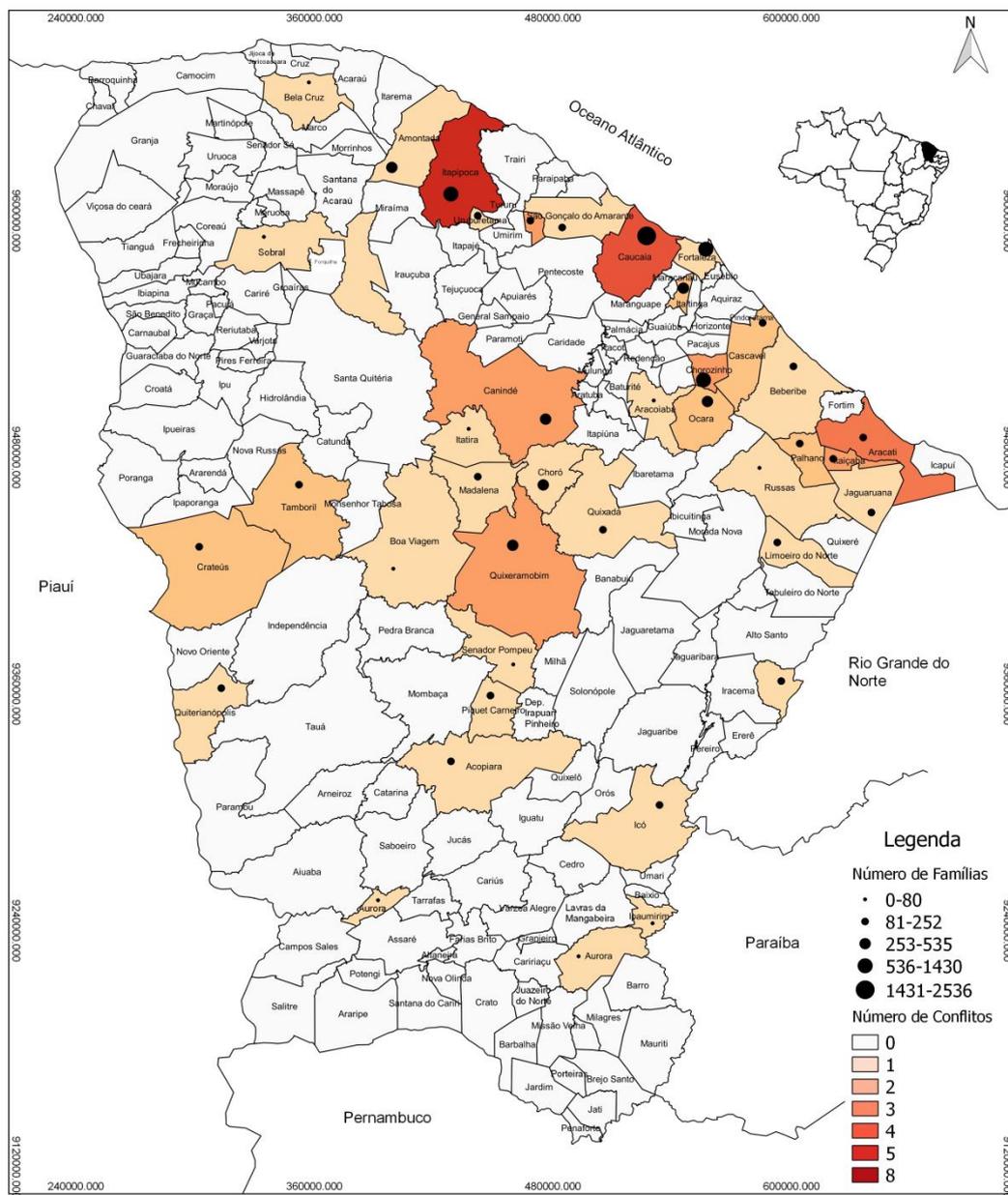
Notadamente, os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva percorreu meandros distintos no que se refere à luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso a terra no país. Nestes oito anos houve uma mutação severa no programa agrário do PT que pode ser identificado pela discrepância entre propor uma política de reforma agrária no primeiro governo para o desinteresse desta política no segundo mandato.

Estas mudanças não dissiparam os processos de luta, mas foi possível perceber um recuo na espacialização destes, como observamos na Figura 2 abaixo. Em

39 municípios foram registradas incidências de conflito, ocorrendo uma pequena alteração nas regiões de maior índice. O Sertão Central e a RMF ainda despontaram como regiões de conflitualidade mais latente, com nove e sete municípios, respectivamente. Porém, neste período, o Litoral Leste-Jaguaribe também se destacou pelo crescimento nos casos de enfrentamento, registrando oito municípios com casos de conflitos por terra.

Ao estabelecer uma análise comparativa dos conflitos de terra e seu processo de espacialização nos governos FHC e Lula através de uma série histórica é possível perceber a mudança na espacialização das lutas conforme a transição de governos. A tendência linear presente no Gráfico5 destacou o arrefecimento das lutas a partir do final do governo FHC. Além disto, pode-se dizer que durante o período do governo Lula, existiu certa estabilidade nas ações, sem grandes movimentos de fluxos e refluxos como no governo anterior.

FIGURA 2 – Mapa: Conflitos por terra no Ceará (2003 – 2010).



Universidade Federal do Ceará
Centro de Ciências
Departamento de Geografia
Mestrado em Geografia

Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido

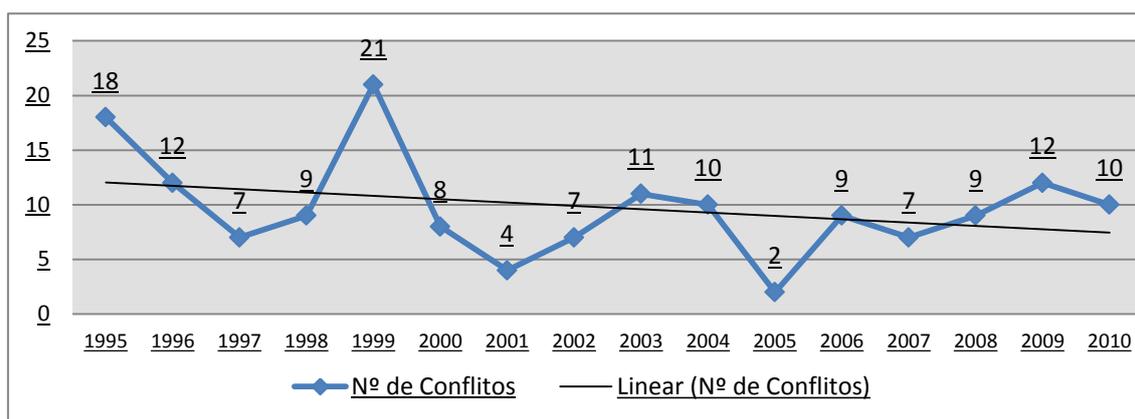
Pesquisadora: Luana Elis Oliveira Pinto
Orientadora: Alexandra Maria de Oliveira
Título: Conflitos por Terra no Ceará (2003- 2010)

20 0 20 40 Km

Sistema de Projeção UTM
DATUM: Sirgas 2000
Escala: 1:2.600.000

Fontes: CPT. Conflitos no Campo- Brasil
IBGE. Divisão Municipal

Gráfico 5 – Série histórica dos conflitos por terra no Ceará, 1995 a 2010.



Fonte: CPT. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

No resgate da conjuntura política de FHC (1995 a 2000), além da utilização de veículos de comunicação de massa para formar uma imagem pejorativa dos movimentos sociais³⁰, este fez uso de medidas conservadoras no trato da questão agrária como meio estratégico para desarticular e despolitizar a luta camponesa.

A imposição da política fundiária de compra e venda de terra em substituição da reforma agrária desapropriatória, a partir de 1997 no Ceará, refreou a luta por dois anos (1997 e 1998). O ano de 1999 atestou a nova força dos movimentos sociais, expondo o descontentamento popular com o lançamento do *Novo Mundo Rural*. Porém, a tentativa de estrangulamento das ações dos movimentos sociais através da aprovação da Medida Provisória (nº 2.109, 2001) que penalizava todos que participassem de “esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário”, além de reter a terra ocupada, não vistoriando ou desapropriando por no mínimo dois anos, resultou no recuo forçado das ações em 2001.

Por sua vez, o movimento de espacialização da luta no governo Lula (2003 a 2010) se manteve em um estado de letargia. Mesmo após a “frustração” da não realização da reforma agrária contida no II PNRA, em 2007, e do *adeus à reforma*

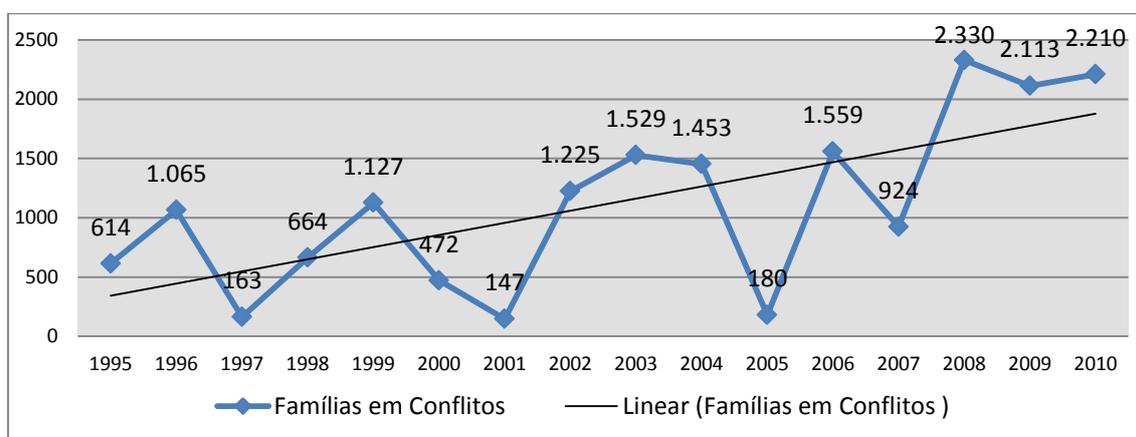
³⁰Desde a fundação do MST em 1984, as lutas por terra promovidas pelo movimento são alvos da mídia de massa através da manipulação das informações e da imagem do movimento. Existem vários editoriais da maior revista do país, a *Veja*, associando ao MST às ideias de “crimes”, “radicalismos”, “desrespeito ademocracia”, “invasão” e “representantes de um Brasil arcaico”. As capas das edições de Abril de 1997, “A marcha dos radicais” e de Maio de 2000, “A Tática da Baderna”, estampando ao fundo imagens da bandeira do movimento, são exemplos disto. Disponível em <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>. Acessado em: 11/09/2016.

*agrária*³¹ por parte do governo a partir do segundo mandato, não houve uma alavancada dos conflitos por terra. Este contexto foi entendido por alguns pesquisadores como resultado do histórico apoio político dos movimentos sociais e sindicais do campo (e da cidade) que compõem a base do governo Lula (CORRÊA, 2013).

Ao realizar uma leitura sobre o governo Lula e o principal movimento camponês do Brasil, o MST, e remontando a criação de ambos, Corrêa (2013) destacou que a relação entre o Estado e o movimento social nessa conjuntura se deu de um modo tão imbricado que comprometeu a capacidade combativa do movimento, evidenciado no arrefecimento das lutas do MST, apesar do descontentamento com o governo sobre as mudanças na pauta de democratização do acesso à terra que os uniu historicamente.

No entanto, quando analisamos a série histórica da participação de famílias nos conflitos agrários no Ceará, observamos o movimento reverso acontecido com o número de conflitos. Há um aumento progressivo no número de famílias envolvidas nas lutas. Vejamos o Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – Série histórica de famílias em conflitos por terra no Ceará, 1995 a 2010.



Fonte: CPT. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2010.

O Gráfico é revelador quando aponta que o número de famílias mobilizadas no ano de maior ocorrência de conflito no governo FHC, em 1999 com 1.127 famílias, foi superado já no primeiro ano do governo Lula, em 2003 com 1.529 famílias. Contraditoriamente, o período de retração na espacialização dos conflitos agrários, foi registrado como o de massificação dos movimentos de luta.

³¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, “Governo Lula dá adeus à reforma agrária”, disponível em <http://antigo.brasildefato.com.br/node/3444>. Acessado em 10/09/2016.

A realidade em tela é explicada pelo protagonismo dividido, em anos diferentes, entre os povos indígenas e os Sem Terra. O MST colocou em movimento, entre 2003 a 2010, 4.960 famílias em 39 conflitos, chegando a deter o monopólio da luta pela terra no Ceará no ano de 2003 (ALENTEJANO, 2004). Já as etnias indígenas cearenses em 9 conflitos chegaram a reunir 3.346 famílias, no mesmo período. A força dos povos indígenas foi responsável por concentrar o segundo maior contingente de famílias em luta no país no ano de 2008 – mais de 1,6 mil – e o terceiro Estado do Nordeste com mais famílias envolvidas em conflitos por terra – mais de 2 mil – segundo análise realizada por Oliveira (2008).

Além do MST e da organização dos povos indígenas, outros coletivos desenvolveram ações na articulação das famílias em conflitos. Em atos isolados ou agregando forças na luta, estes se destacaram por traços em comum, como salienta Lopes e Alencar (2014, p. 131) pela “realidade injusta nas quais estes sujeitos, nesse processo de exclusão e de resistência, estão submetidos e a ânsia da (re)construção dos espaços e dos territórios, ou seja, dos espaços de poder”, ver Quadro3 abaixo.

Quadro 3 – Movimentos identificados na luta pela terra no Ceará, 1995 a 2010.

MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Federação dos Agricultores do Estado do Ceará (FETRAECE)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Povos Indígenas (Anacé, Pitaguary, Tapeba e Tremembé)

Fonte: CPT. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Esta conjuntura entrelaçou, a partir da realidade dos conflitos agrários no Ceará, uma rede na qual foi possível reunir materialmente o indígena ao sem terra, os movimentos sociais do campo junto com os da cidade, rompendo com o isolamento das bandeiras e ressignificando a luta pela reforma agrária.

Não podemos dissociar a visibilidade dos conflitos indígenas das lutas de enfrentamento ao latifúndio encabeçado pelos sujeitos sem terra e nem supervalorizar uma luta a outra. É notório que a luta pelo reconhecimento do território indígena, pautando principalmente a regularização de suas posses, difere da luta pela distribuição e acesso à terra dos sem terra, como expressou Martins (1991). Porém, há uma convergência das aspirações e lutas dessas categorias sociais, com concepções

singulares de propriedade, como asseverou o autor (idem, p.57), “essa resistência obstinada contra a expansão da propriedade capitalista da terra”.

O abandono da construção de uma política de reforma agrária popular afeta toda uma diversidade de coletivos e grupos sociais que, excluídos do projeto de desenvolvimento, encontraram-se no movimento de luta contra o capital agrário-industrial reunido.

4 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA QUESTÃO AGRÁRIA DO CEARÁ

As distintas conjunturas políticas que estiveram a frente do Estado, entre 1995 a 2010, relegaram a construção de um amplo programa de reforma agrária no Brasil. Diante desta realidade, a existência de territórios em disputa no campo se configurou como um importante processo de enfrentamento a lógica instalada neste espaço de atendimento das necessidades impostas pelo capital.

No capítulo anterior, este cenário se expressou nos conflitos localizados no campo, identificando um contínuo, descentralizado o diverso mosaico de resistências encontrado no Ceará. Esboçamos um quadro grave das lutas encampadas por cada coletivo, visibilizando e compreendendo suas demandas.

O presente capítulo abordará como os movimentos de luta por terra conseguiram obter conquistas dentro de uma estrutura de Estado que funciona para viabilizar a reprodução capitalista. Como exemplo dessas conquistas, temos a territorialização do campesinato em face da territorialização do capital.

Diante a diversidade de conflitos que constituem o quadro de resistência no espaço agrário cearense, optamos, metodologicamente, em dividir o capítulo em dois momentos. O primeiro, exploramos os dados oficiais sobre criação de assentamentos via desapropriação, relacionando-os com o estado de lutas nos distintos períodos. No segundo, buscaremos responder se os processos de espacialização da luta pela terra e territorialização camponesa se efetivaram em uma transformação do espaço agrário no Ceará.

A escolha metodológica caminha por dois critérios: primeiro, em decorrência da incidência elevada dos conflitos pelo acesso à terra através da constatação de ocupações e acampamentos – do universo de 156 conflitos sistematizados, 87 (55%) foram resultado de ocupações e/ou acampamentos, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra³² – e, em segundo, por entendermos que a criação de assentamentos implica em uma mudança efetiva, em curto ou médio prazo, da

³²Os cadernos de Conflitos no Campo Brasil (CPT) analisados, de 1995 a 2010, sofreram mudanças ao longo de suas edições, principalmente, na especificação e no modo de sistematização dos tipos de conflito. A partir de 2002, há uma diferenciação entre conflitos por terra, ocupação e acampamentos, ou seja, o número de ocupações e acampamentos identificados na pesquisa pode variar para um número maior.

estrutura fundiária, pois impõem, por pressão dos movimentos camponeses organizados, a desapropriação de latifúndios improdutivos.

Nesta feita, entendemos que em meio às conflitualidades, o Estado como agente regulador/mediador do território assume um importante papel com relação à apropriação da terra por determinadas classes sociais. Em suas intervenções, por meio de políticas públicas, ele reforça contraditoriamente as territorialidades em disputa. Isto é evidenciado por Tanezini (2014, p.28), no fato de que, em geral, “os planos de desenvolvimento do Estado brasileiro, em suas diversas escalas espaciais (...) foram e são voltados, prioritária, se não exclusivamente para reforçar o avanço do capital”. A interferência e/ou inversão deste movimento hegemônico parte da luta por *territórios alternativos* que se dá “por meio de um processo socioespacial que posiciona os camponeses de maneira ímpar para prosseguir na disputa (...) das políticas públicas do Estado que define os rumos do desenvolvimento com as forças econômicas do grande capital” (TANEZINI, idem). Essa luta processa na disputa pela construção de uma política de reforma agrária, e sobre este tema há mais divergências do que convergências.

À parte aqueles que advogam pela improcedência da tese da necessidade de uma reforma agrária, dada como uma proposta historicamente superada, entre os que se posicionam favoráveis a ela, também não há unanimidade. Para uns, ela se restringe ao significado econômico ou social, para outros, a proposição pertinente é que a questão da reforma agrária passa pelo viés político, mas há o entendimento que a realização de uma reforma agrária perpassa por todas estas dimensões, como destacado por Oliveira (2001, p.205)

Qualquer alternativa para remoção da exclusão social no país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo uma parte dos pobres. Mas, a Reforma Agrária é também econômica, porque certamente levará a aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma Agrária, porém, tem que ser também política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste o seu cidadania.

A viabilização de uma política de democratização da terra, que promova a desconcentração da estrutura fundiária, pressupõe a transformação, sobretudo, da natureza do poder no Brasil. Sobre isto, já alertara Martins (1986, p.16) que “o

problema fundiário no Brasil, como em outras sociedades com o mesmo problema, é um problema político. (...) Terra e poder estão juntos na sociedade brasileira”. Na ausência desta, o Estado tem sido pressionado através das lutas dos trabalhadores rurais que tocam no fundo deste problema. “A resistência dos posseiros de muitas regiões, os acampamentos dos sem-terra, as ocupações de terras ociosas, representam o questionamento do poder dos grandes proprietários, o desafio à lei obsoleta e injusta” (MARTINS, *idem*).

Nessa esteira, o Estado tem reduzido à construção de uma legítima reforma agrária a medidas de criação de assentamento rurais, compensatória à pressão da luta popular por terra, transferindo para os movimentos sociais a conquista da terra “palmo a palmo” através dos conflitos, de acordo com Tanezini (2014). Materialmente, estes conflitos têm garantido o acesso a novos territórios, criando assentamentos, formados no interior do território do Estado capitalista. Assim, se posicionam político e ideologicamente na contramão do processo hegemônico de territorialização do capital.

Portanto, os assentamentos rurais se fundam como territórios, sobretudo, da resistência, visto que a espacialização da luta é motivada pelo fim da expropriação e exclusão do acesso à terra e contra a exploração da força de trabalho via a precária condição de assalariamento do(a) trabalhador(a) rural. Contudo, ao assegurar sua territorialização, esta não representa o fim da luta, mas o começo de novas. Concordamos com Feliciano (2006, p.113) quando ele afirma que “o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa para o acesso à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social”.

A territorialização da luta pela terra via formação de novos assentamentos rurais é condição necessária para superação da expropriação e exploração, mas não suficiente. A luta se redimensiona, emergindo novos desafios, como destaca Fernandes (1996, p. 193) na “criação de novas formas de organização do trabalho, a luta por uma política agrícola diferenciada, a criação de cooperativas de produção e comercialização, a luta pela moradia, saúde, educação, etc”.

O apoio do Estado na garantia das condições suficientes para consolidação e reprodução dos territórios camponeses é definidor para a permanência das famílias

assentadas e para viabilização da produção, através de um suporte técnico e de crédito, como forma de geração de renda (COSME, 2013).

A partir disso, temos as espacializações das lutas e resistências encontradas no Ceará como movimentos que tinham como objetivo a conquista jurídica do território reivindicado, garantindo a recriação do campesinato. Quando analisamos a relação entre os conflitos e a territorialização dos mesmos através da criação de assentamentos rurais, foi possível acompanhar uma mudança dessa relação entre os governos FHC e o Lula. Ver na Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Relação entre conflitos e famílias envolvidas com assentamentos criados e famílias assentadas, entre 1995 – 2010*

Períodos	Conflitos	Famílias em conflito	Assentamentos	Famílias assentadas
1995 – 1998	46	2.506	193	10.267
1999 – 2002	40	2.971	35	1.215
2003 – 2006	32	4.721	40	1.298
2007 - 2010	38	7.577	50	1.385
Total	156	17.775	318	14.165

Fonte: CPT e INCRA. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

(*) Excluídos os assentamentos criados a partir de doações e de compra e venda.

No primeiro governo de FHC (1995 – 1998), a elevada pressão social identificada no número de conflitos (46) e famílias envolvidas (2.506) resultou em um número elevado de assentamentos criados e de famílias assentadas. De acordo com os dados oficiais divulgados pelo Incra, este período representou, quantitativamente, o de maior territorialização do campesinato no Ceará no recorte temporal analisado.

Os 421 mil hectares foram desapropriados para assentar 10.267 famílias em 193 imóveis. Durante esse intervalo de tempo, os assentamentos criados atenderam um número de famílias que se assemelham. Ver Quadro 4.

Quadro 4: Desapropriações e Famílias Assentadas, 1995 – 1998.

Ano	Área (há)	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias
1995	96.025	45	2.619
1996	117.623	50	2.623
1997	102.486	47	2.656
1998	105.651	51	2.369
TOTAL	421.785	193	10.267

Fonte: INCRA, 2015. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Já no segundo governo (1999 – 2002), ainda que o número de famílias em conflito (2.971) tenha sido superior ao quadriênio anterior, ocorreu uma diminuição de casos de conflitos agrários (40) e, simultaneamente, no número de assentamentos criados e de famílias assentadas, como pode ser identificado na Tabela 5.

Materialmente os resultados foram muito abaixo do momento anterior. A partir do Quadro 5 identificamos que a área total desapropriada foi 62 mil hectares para assentar 1.215 famílias em 35 imóveis. O ano de 2001 que coincide com o ato de validação da Medida Provisória 2.109-52/2001 que visava coibir e esvaziar as ocupações e que, conseqüentemente, representou o ano de menor número de conflitos registrados no Ceará durante o governo FHC (ver Capítulo 3), somente um assentamento foi criado.

A discrepância nos números de assentamentos criados e famílias assentadas podem ser claramente compreendidas a partir da alteração na política agrária de FHC, de um governo para o outro, bem como no modo pelo qual seu governo passou a responder às ofensivas dos movimentos que lutavam por terra.

Quadro5: Desapropriações e Famílias Assentadas, 1999 – 2002.

Ano	Área (há)	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias
1999	19.962	7	373
2000	25.084	17	498
2001	1.590	1	30
2002	16.165	10	314
TOTAL	62.801	35	1.215

Fonte: INCRA, 2015. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016

No Capítulo 2, visualizamos que durante o primeiro governo de FHC foi lançado uma tímida proposta de reforma agrária, as Diretrizes para o Programa Nacional de Reforma Agrária. Esta, na verdade, constituiu-se em uma política de assentamento, sendo incorreto chamá-la de reforma agrária, como asseverou Oliveira (2007, p. 142)

a pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC há ampliar os assentamentos. Este fato mostra que a reforma agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social.

O crescente número de conflitos agrários registrados no primeiro mandato de FHC, principalmente pela ação política do MST, fizera com que fosse implantada uma ampla política neoliberal e anti-popular da reforma agrária de mercado em detrimento da política de criação de assentamentos por desapropriação, atrelado ao *Novo Mundo Rural*. Como salientou Alentejano (2004, p.8.)

Diante da incapacidade de derrotar politicamente o MST durante o primeiro mandato, o governo FHC decidiu alterar suas táticas (...), passando a centrar suas ações em duas frentes: intensificação da repressão, através da criminalização das ações do movimento e da perseguição de suas lideranças; alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes básicas de oxigenação do movimento, qual sejam, a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar.

A onda repressiva e de criminalização dos movimentos sociais atingiu, do mesmo modo, os conflitos expressos no Ceará nesse período. Após um forçoso recuo nas espacializações das lutas, foi contabilizado um baixo número de assentamentos e de famílias assentadas em áreas desapropriadas, de 1999 a 2002.

Em contrapartida, a utilização do instrumento de compra e venda de terra, que deveria ser complementar a desapropriação, desde o início foi utilizada como principal instrumento para implantação de assentamentos rurais. Como observou Alencar (2005 p. 13-14) que, entre 1997 a 2003, ocorreu

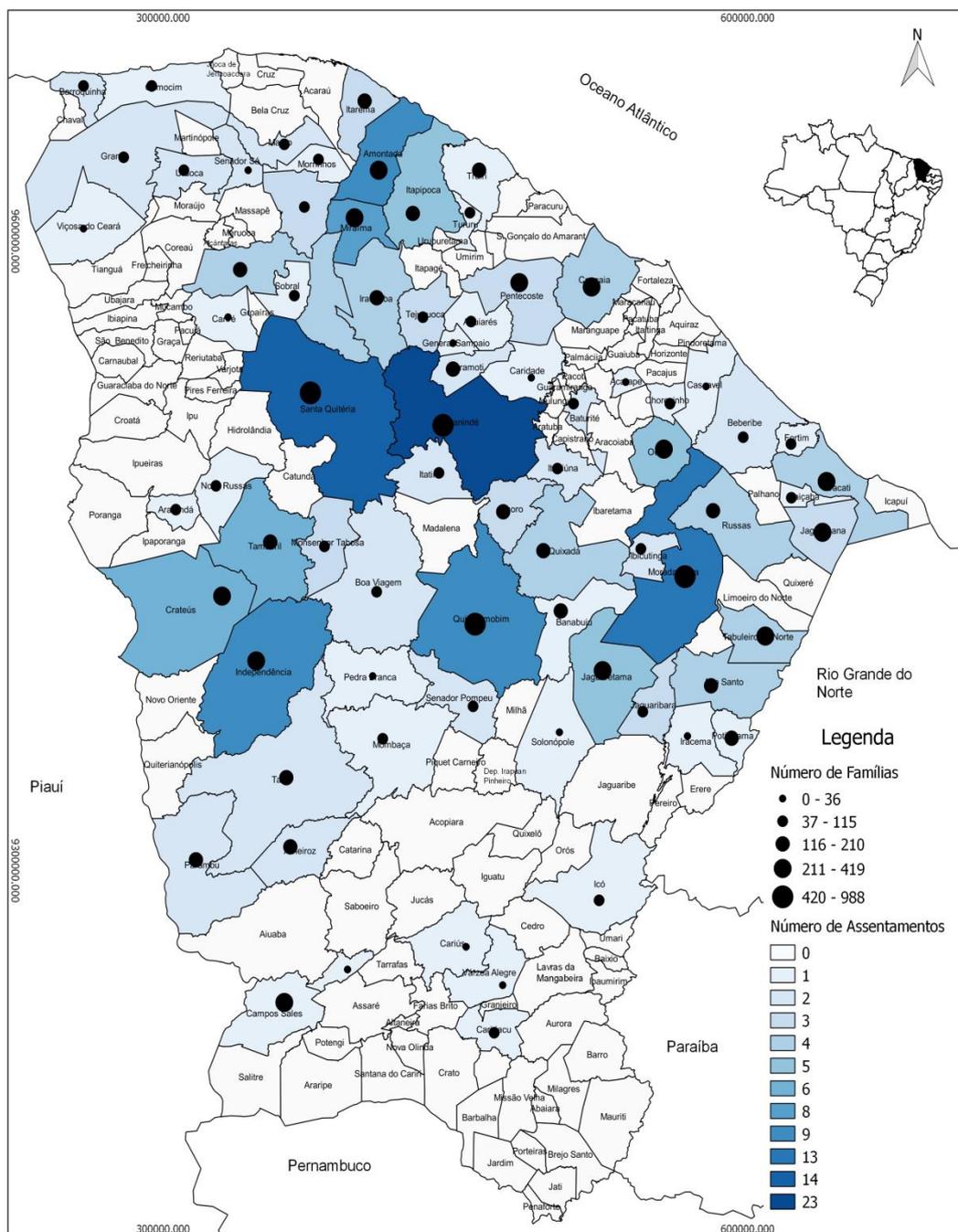
uma queda abrupta da utilização do mecanismo desapropriatório por interesse social. Ademais, em todo o período a desapropriação é inferior em termos de número de imóveis, e a partir do ano de 2000, é inferior também em número de famílias e tamanho de área.

Apesar disso, o cenário que se construiu politicamente entre o Estado e os movimentos sociais na disputa por novas territorialidades foi de bastante tensionamento. A intensificação da luta pressionava o Estado a responder através da criação de mais assentamentos. Na proporção em que havia um descenso dessas lutas, o número de assentamentos, igualmente, diminuía. As medidas de repressão e criminalização, bem como de mercantilização da reforma agrária, vieram para interferir neste processo e retirar o Estado de uma posição defensiva. Desta forma, o fluxo e o refluxo das espacializações impunham uma dinâmica na criação de novos assentamentos.

Quando observamos a Figura 3, as áreas em que foram grafados os novos territórios, entre 1995 até 2002, há uma relativa sobreposição às áreas em que foram registradas incidência de conflitos, com destacamos na Figura 1.

Ao estabelecemos um diálogo entre os mapas, representados nas Figuras 1 e 3, que reúnem, respectivamente, os índices da espacialização dos conflitos por terra e a criação de assentamentos, evidencia-se que a intervenção do Estado, promovendo desapropriações com o interesse de realizar pontualmente uma reforma agrária está acoplada, em grande parte, aos municípios onde foram verificadas ações sociais de contestação a concentração de terra.

Figura 3 – Mapa de assentamentos criados (1995 – 2002).



Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Mestrado em Geografia
 Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
 Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido

Pesquisadora: Luana Elis Oliveira Pinto
 Orientadora: Alexandra Maria de Oliveira
 Título: Assentamentos Criados no Governo FHC (1995 - 2002)

20 0 20 40 Km

Sistema de Projeção UTM
 DATUM: Sirgas 2000
 Escala: 1:2.600.000

Fontes: CPT. Conflitos no Campo-Brasil
 IBGE. Divisão Municipal

Ao analisarmos a Figura 3, percebemos que a região que mais concentrou a criação de novos assentamentos rurais foi o Sertão Central, região que, igualmente, agregou o maior número de conflitos por terra.

Durante os governos Lula, no Ceará, entre 2003 e 2006, quadriênio que esteve vigorando o II PNRA da Nova República, o número de famílias em conflitos quase que dobrou (4.721). Contudo, a incidência das lutas (32) foi menor quando comparado ao quadriênio anterior, como pode ser averiguado na Tabela 5. Neste momento, a criação de assentamento e de famílias assentadas no Ceará ilustra como foi tratada a questão da reforma agrária no primeiro governo Lula, com um fraco desempenho.

Foi desapropriado um total de 86 mil hectares para beneficiar 1.298 famílias em 40 imóveis, conforme o Quadro 6. Estes números se aproximam dos resultados obtidos no último governo FHC, embora este tenha sido constituído em um cenário muito mais repressivo.

Quadro6: Desapropriações e Famílias Assentadas, 2003 – 2006.

Ano	Área (há)	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias
2003	8.090	5	177
2004	13.810	6	241
2005	41.784	20	566
2006	22.773	9	312
TOTAL	86.457	40	1.298

Fonte: INCRA, 2015. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Já no governo seguinte (2007 – 2010), os conflitos (38) reuniram um número de famílias (7.577) superior a todos os anos em análise. Neste período, mesmo sem um plano propositivo de reforma agrária, a conquista de novos assentamentos foi superior ao primeiro mandato de Lula.

Foram desapropriados 78 mil hectares de terra para o assentamento de 1.385 famílias em 50 imóveis, de acordo com o Quadro 7. Houve um pequeno aumento de territórios conquistados pelo movimento camponês, porém o número de famílias

beneficiadas não contemplou sequer 20% do número de famílias em conflitos por terra, o que nos leva a afirmar que a territorialização do campesinato para este período foi muito aquém do esperado, mesmo sem um plano norteador para a realização de uma reforma agrária no Ceará, bem como no Brasil.

Quadro7: Desapropriações e Famílias Assentadas, 2007 – 2010.

Ano	Área (há)	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias
2007	13.302	11	233
2008	39.947	17	718
2009	5.535	7	103
2010	19.841	15	331
TOTAL	78.625	50	1.385

Fonte: INCRA, 2015. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

Quando observarmos a Figura 4 sobre os assentamentos criados, em paralelo com a Figura 3, sobre os conflitos por terra, há uma alteração na utilização do instrumento de desapropriação para criação de assentamentos durante o governo Lula, distinguindo-o do modo como o Estado fizera uso desses instrumentos no governo de FHC.

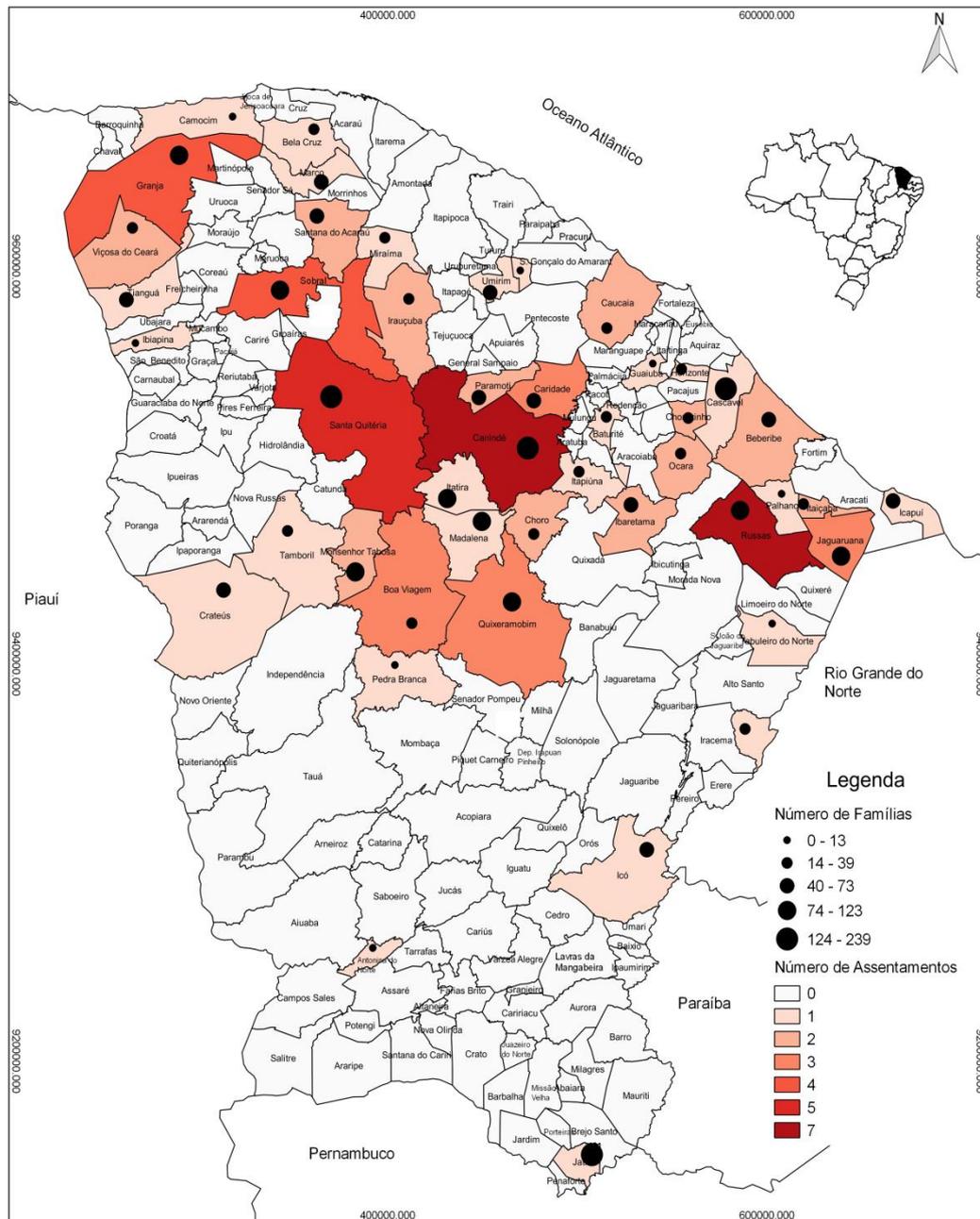
No período de 2003 a 2010, a região do Sertão Central, novamente, concentrou o maior número de assentamentos criados no Ceará, haja vista que esta região foi bastante representativa na ocorrência de luta pela terra.

A concentração espacial de áreas reformas no Sertão Central favoreceu a constituição de uma contiguidade espacial dessas áreas, nos sertões cearenses como um todo. Segundo Alencar (2000, p.05)

A concentração dos assentamentos nos sertões (...) está relacionada, principalmente, com: o processo de ocupação do território, as lutas por terras, a escassez dos créditos rurais subsidiados, as estiagens periódicas, o empobrecimento dos solos e a “oferta” de terra pelos proprietários de terras. Estes fatores direcionaram a concentração dos assentamentos, em detrimento de áreas melhores para a exploração agrícola e pecuária, como as serras, os vales úmidos e o litoral.

Apesar dos fatores limitantes tão evidentes, como a questão natural - solos pobres, chuvas escassas e secas – que repercute diretamente na viabilidade produtiva e econômica dos assentamentos, a consolidação destes nos sertões representa, sobretudo, uma conquista política, como salienta Diniz (2009, p.20), pois se constatou que “o processo de luta e conquista [dos assentamentos] proporcionou uma ruptura nas antigas relações de apadrinhamento e de dependência pessoal”.

Figura 4 – Mapa de assentamentos criados (2003 – 2010)



Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Mestrado em Geografia
 Área de Concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental
 Linha de Pesquisa: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido

Pesquisadora: Luana Elis Oliveira Pinto
 Orientadora: Alexandra Maria de Oliveira
 Título: Assentamentos Criados no Governo LULA (2003- 2010)

20 0 20 40 Km

Sistema de Projeção UTM
 DATUM: Sirgas 2000
 Escala: 1:2.600.000

Fontes: CPT. Conflitos no Campo-Brasil
 IBGE. Divisão Municipal

Acrescido a isso, na leitura dialogada das Figuras 2 e 4, ficou perceptível um deslocamento da criação de assentamentos para regiões onde não houve ocorrências de conflitos, como o extremo do Litoral Oeste e parte de Sobral-Ibiapaba. Deste modo, a criação dos assentamentos não esteve condicionada à pressão social, como identificado nos governo de FHC. Além disso, regiões onde os conflitos se configuraram de modo mais intenso, como na costa litorânea Leste e Oeste, não foram solucionados neste interstício.

Esse estado de coisa nos levou a refletir sobre: como o desinteresse do agronegócio em uma região como a do Sertão Central, onde há uma “oferta” das terras aí localizadas pelos proprietários, contribuiu para o atendimento da criação de assentamentos nesta região e, a um só tempo, preservou as terras mais valorizadas para melhor capitalizá-las, como as terras litorâneas em conflitos?

A análise de conjuntura realizada por Oliveira (2010) sobre a política de reforma agrária no governo do PT nos abriu a possibilidade de pensar essa função contraditória exercida pelo Estado. Assim, ele nos advertiu

A política de reforma agrária do governo do PT está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, no segundo mandato do governo Lula deu início à contra reforma agrária que está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. (OLIVEIRA, 2010, p.308).

Com o final do primeiro mandato do governo Lula e da execução do II PNRA, a avaliação realizada por Oliveira (2007) foi de que houve por parte do governo um negligenciamento no trato da reforma agrária no país. Sobre este momento, o autor denuncia o intencional mascaramento dos dados da reforma agrária divulgados pelo INCRA ao transformar em estatística de reforma agrária aqueles dados que não se enquadraram como tal. Os índices tanto de regularização e reordenação fundiária, bem como os dados de reassentamentos, estrategicamente, foram colocados como indicativos de reforma agrária. Segundo Oliveira (2007),

O INCRA possui todas as condições para distinguir como assentamentos de reforma agrária somente aqueles que foram objeto de atos de desapropriação ou compra de terra em região onde estes

atos desapropriatórios não podem ser realizados por impedimento legal.

A partir do segundo governo, a não construção de uma III PNRA demarcou um abandono à política de reforma agrária nos anos seguintes ao seu mandato, adotando uma política de contra reforma agrária baseada na expansão do agronegócio (2010).

É válido apontarmos que não há uma unanimidade sobre a compreensão desta conjuntura no âmago da geografia agrária brasileira. A “farsa” numérica sobre os resultados da reforma agrária, como denunciada por Oliveira (2007; 2010), diverge do entendimento deste processo feita por Fernandes (2013), que vê na utilização de outras modalidades de obtenção de terras, conforme a regularização, um modo de enfrentara base aliada dos capitalista/ruralista, realizando um reforma agrária parcial.

Frente às divergências levantadas, resultante das contradições internas e externas ao governo, ao enfocarmos a estrutura fundiária do Ceará, percebe-se que a distribuição das terras não se alterou substancialmente. Vejamos no Quadro 8 abaixo.

Quadro 8: Número de Imóveis Rurais do Ceará, por categoria, INCRA (2000 e 2015)

Imóveis por categoria	Ano							
	2000				2015			
	Número de Imóveis	%	Hectares	%	Número de Imóveis	%	Hectares	%
Minifúndio	94.024	69,76	1.763.026,7	18,56	189.092	77,51	2.465.861,3	19,59
Pequena propriedade	31.945	23,70	3.103.645,4	33,18	43.096	17,66	4.036.143,7	32,07
Média Propriedade	7.497	5,57	2.599.752,3	27,79	10.062	4,12	3.444.905,6	27,37
Grande Propriedade	1.316	0,97	1.885.434,3	20,16	1.708	0,70	2.638.099,7	20,96
Total	134.782	100,00	9.351.858,7	100,00	243.958	100,00	12.585.010,5	100,00

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2015. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.

O cadastramento dos imóveis rurais realizado pelo Incra (2000), no limiar do término dos governo de FHC, o Ceará detinha um total de 134.782 imóveis rurais,

ocupando 9.351.858 hectares. Estes estiverem distribuídos, por categoria, nas seguintes proporções: a partir do número de imóveis, os minifúndios abarcaram 69, 76% (94.024 imóveis) da área rural, as pequenas propriedades representando 23, 70% (31.945 imóveis), médias propriedades aglutinaram 5, 57% (7.497 imóveis) e as grandes propriedades somaram 0,97% (1.316 imóveis). Apesar da predominância de minifúndios no Estado, em termos de área, a participação destes equivaleu somente a 18,56% (1.763.026 hectares). As demais categorias ocuparam as seguintes áreas: 33,18% (3.103.645 hectares) para pequenas propriedades, 27, 79% (2.599.752 hectares) corresponderam as médias propriedades e as grandes atingiram, em área, 20,16% (1.885.434).

Analisando os dados, os minifúndios e as pequenas propriedades representaram 93, 46% do total de imóveis, ou seja, mais de 125 mil imóveis, no entanto, estes números constituem um percentual de 51, 74% da área rural de todo o Ceará cadastrado. As médias e as grandes propriedades reunidas, mesmo representando 6,54%, 8.813 dos imóveis cadastrados, concentram 47, 95% do total de terras.

Quando confrontado o número de imóveis, bem como do total de área, entre minifúndio e grande propriedade, percebemos que 94 mil imóveis correspondem apenas a 18,56% do todo. Já a grande propriedade, com 1.316 imóveis, sozinha, representam 20,16%.

Por sua vez, no cadastramento dos imóveis rurais feito pelo Incra (2015) após os governos de Lula³³, houve um aumento no número de imóveis rurais, contabilizando 243.958 imóveis, ocupando 12.585.010 hectares. Estes tiveram distribuídos entre: minifúndios com 77, 51% (189.092 imóveis), pequenas propriedades, contemplando 17,66% (43.096 imóveis), as médias propriedades atingiram 4,12% (10.062 imóveis) e, por fim, as grandes propriedades representaram 0,70% (1.708 imóveis). Novamente, os minifúndios se destacaram em números de imóveis, porém, quando observado as áreas ocupadas, estas somaram 19, 49% (2.465.861 hectares). As

³³Apesar do SNCR (2015) já configurar uma nova conjuntura política, entendemos que seu uso não afetará na análise, pois a implementação de uma política agrária que visasse alterar o quadro de concentração de terras permaneceu estagnado no governo Dilma Rousseff (2011 – 2014). Quando observamos para o número de desapropriações realizadas em seu governo, este período representou o de menor expressão dos últimos 20 anos. No Ceará, por exemplo, foram realizadas somente 21 desapropriações entre 2011 e 2014, segundo dados divulgados pelo Incra (2015), disponível em <http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes>. Acessado em 10/09/2010.

pequenas, médias e grandes propriedades constituíram-se com 32,07% (4.036.143,7), 27,37% (3.444.905), 20,96% (2.638.099), respectivamente.

Nesta conjuntura, minifúndios e pequenas propriedades concentraram 95,17% dos imóveis cadastrados, ou seja, pouco mais de 232 mil imóveis em termos de área, estes reuniram 51,66% das terras. As médias e grandes propriedades, com 4,82% dos imóveis, abarcaram 48,33% da área rural estadual. Porém, ao por em paralelo, novamente, minifúndios e grande propriedade, este com os 1.708 imóveis agrega cerca de 20% da área cadastrada, quando aquele, com mais de 189 mil imóveis, constitui 19,59% de toda a área.

Destarte, quando comparamos a estrutura fundiária do Ceará, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, ao final de cada conjuntura, verificamos que embora haja uma sensível alteração no processo de redistribuição de terras em cada categoria, a tendência concentracionista da terra continuou preservada. Uma quantidade expressiva da área rural está sob o domínio de um número reduzido de proprietários, em detrimento de um vasto número de pequenas propriedades com pouquíssimas terras, apesar de estas terem mais que dobrado no último cadastramento. Isto nos diz que a lógica do “muitos têm pouca terra, e poucos tem muita terra” continua a prevalecer.

Na “roda viva” que constitui o Estado brasileiro, a alternância do poder não transformou o modo como as leis referentes à reforma agrária, consubstanciadas na Constituição de 1988 e no Estatuto da Terra de 1964, fossem minimamente executadas. O porquê disto não se cumprir relaciona-se ao fato de, contraditoriamente, ser pela via das estruturas do Estado que latifundiário-capitalistas e capitalistas-latifundiários encontraram mecanismo para defesa e manutenção de seus projetos de classe. Como salienta Costa (2012, p.309)

A classe de proprietários de terra não permite que se realize uma reforma agrária no Brasil, sequer se impunha um limite para a propriedade da terra. Não admite que a terra sirva como meio de vida e de sobrevivência, terra para moradia, terra para produção de alimentos para as pessoas que habitam esse território, como praticam os indígenas, os quilombolas e a classe camponesa. O latifúndio fere a dignidade humana, e fazer do poder político um meio para reproduzi-lo é uma forma de opressão e uma perversidade contra o povo brasileiro.

O caráter rentista do capitalismo que se desenvolveu no campo brasileiro, não permite que processos históricos sejam concluídos. A concentração da terra, que poderia ser empecilho para a expansão da agricultura capitalista e impusesse a necessidade de realização de uma reforma agrária, tornou-se reserva patrimonial e de valor para as elites se perpetuam no poder.

Portanto, foi a partir deste cenário que entendemos os conflitos por terra, como processos que interferiram na dinâmica de acumulação rentista e colocaram como pauta a necessidade histórica de uma reforma agrária E, enquanto esta não ocorre, a luta continua a marcar o campo, e não há nenhum sinal de que ela irá se retirar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas agrárias assumidas nos governos de FHC (1995 -2002) e de Lula (2003 – 2010) resguardaram contornos políticos específicos, mas aproximam-se pela ausência da realização de uma política de reforma agrária que solucionasse o grave problema da concentração da estrutura fundiária, sintomaticamente atestado pela pujança dos conflitos por terra.

A contradição estrutural do capitalismo presente no campo abre possibilidades para a criação, destruição e recriação tanto de relações tipicamente capitalista quanto das relações não capitalistas. Esta implica em um problema ou um obstáculo a ser resolvido, portanto, em luta, em confrontação, em intervenção. É nesse ambiente de luta que compreendemos, mesmo que ainda bem no limiar, a espacialização dos conflitos por terra e na territorialização dos mesmos.

Como resultado desses processos, territórios são produzidos em meio à conflitualidade, resultado da ação humana. Assim, se constitui o território para Oliveira (2012, p.74), como “produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção de sua existência”.

O território é compreendido como um elemento importante e poderoso nas mãos de quem o detém e representa possibilidade para quem não o detém. Por meio da espacialização dos conflitos por terra, na sua diversidade de forma/ação, tem se tornado possível a conquista de frações do território para a reprodução de modos de vida não capitalista, através do processo de territorialização. Entendemos o processo geográfico de territorialização por Fernandes (s/n, p. 1)

um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. No campo, a territorialização ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa.

Há, neste caso, o confrontamento de regimes de propriedade, em Martins (1991) equivale ao caráter conflitivo entre a *terra de negócio* e *terra de trabalho*. O primeiro tem suas necessidades realizadas quando o capital se apropria de porções

territoriais para, através da exploração de outrem, obter lucro direto ou indireto. O segundo está pautado na necessidade de (re)produção das condições de vida do proprietário, através do trabalho familiar e/ou coletivo, logo a terra é instrumento de trabalho e não de obtenção de renda capitalista.

A materialização das condições de existência camponesa e/ou indígena, por exemplo, através da sua territorialização, sob a égide do desenvolvimento capitalista no campo, implica no enfrentamento/resistência e destruição da territorialização do capital, e vice-versa. É a terra de trabalho contra a terra de negócio. Desta maneira, opostos no modo de se realizar e de compreender o território, capitalistas e toda a diversidade social que existe no campo de modo não capitalista, estão a promover concomitantemente a territorialização – desterritorialização – e reterritorialização de suas relações sociais no espaço social (FERNANDES, 2008).

Nesse sentido, nosso trabalho colocou em relevo o entendimento dessa questão, contudo, também seus limites de análise. A partir dos processos de espacialização dos conflitos destacados no capítulo anterior e da diversidade das lutas sociais. A luta pela demarcação e regularização do território tradicionalmente ocupado por grupos indígenas ou por posseiros, por exemplo, se diferencia dos processos enfrentado por aqueles(as) que estão em conflitualidade para romper as “cercas” do latifúndio e estabelecer a territorialização da luta pela terra, como os sem terra.

O apelo à modernização é bárbaro e todos estes sujeitos são invariavelmente atingidos de forma abrupta. Entretanto, buscamos compreender o processo geográfico de territorialização do campesinato que incide sobre a criação de assentamento, logo, da intervenção do Estado no atendimento das demandas colocadas em luta pelos sem terra.

Nossos resultados preliminares a partir dessa pesquisa dissertativa apontam as reticências desse processo histórico e social dialético da concentração de terra em detrimento de uma política de justiça social no campo.

Por conseguinte, as tentativas de reordenamento fundiário por parte do Estado em diferentes conjunturas, embora identifique as causas da *guerrilha civil* agrária incessante, traçando planos e metas governamentais para transformação desse cenário, adotaram mecanismos que reforçaram a distribuição desigual de terras no país, e particularmente no Ceará.

Isto se explica pela aliança de interesses de uma elite agrária conservadora e uma burguesia industrial que, além de dona da maioria das terras do país, tem seus interesses representados por uma hegemonia parlamentar responsável pelo caminho do desenvolvimento territorial, quando não sendo os próprios representantes de seus interesses. Ou seja, o encontro dos donos da terra, do capital e do poder político institucionalizado em uma simbiose construída para manutenção das desigualdades no campo.

Nesse sentido, entender como as conjunturas foram construídas, quais os principais personagens a frente das propostas e da execução de projetos para o campo nos foi essencial para desmistificar a concepção de que será, tão somente, via o Estado, reproduzidor dos interesses do capital, que a reforma agrária será efetivada. Tal afirmação se constatou por meio da compreensão das conjunturas política enfocadas.

Os anos de governo de FHC, caracterizado pela adoção do projeto de desenvolvimento político e econômico pautado no neoliberalismo, consolidou a expansão do modelo agroexportador/agroindustrial consorciado com a implantação de uma *reforma agrária de mercado*, que no caso do Ceará essa tendência foi pioneira à expansão deste no plano no âmbito nacional.

Não descolado destas decisões, o período também foi tipificado pelo agravamento das lutas pela terra em todo o território cearense. Os conflitos envolvem os posseiros, bem como camponeses sem-terra organizados, em sua maioria, pela atuação de destaque do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado, por meio da espacialização das ocupações e acampamento como estratégia de ação política, pressionou o Estado a efetivar desapropriações por interesse social. Este contexto, resultou na intensificação das ações de criminalização e repressão das lutas por parte do governo.

Na continuidade da análise, consolidamos o entendimento do governo Luís Inácio Lula da Silva, este gerou no interior das forças populares – entre movimentos sociais e entidades de representação dos camponeses – certo consenso que chegando ao poder institucional, realizaria a reforma agrária. Após dois mandatos consecutivos, os planos para a execução de uma reforma agrária foram paulatinamente secundarizados, depois do II Plano Nacional de Reforma Agrária do primeiro governo, frente ao projeto de desenvolvimento capitaneado pelo agronegócio.

Acreditamos que a luta de classes se constitui como força motriz para a ruptura da sujeição destes sujeitos sociais que reivindicam o acesso e permanência na terra para reprodução da vida, material e imaterial, no campo, portanto, a criação de novos territórios camponeses deve caminhar em direção a superação real e formal do trabalho camponês à renda da terra.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Editora Hucitec, Anpocs, Editora da Unicamp, 1998.
- ALBUQUERQUE, Valeria de Oliveira. **Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: UNESP, 2006
- ALENCAR, Francisco **Amaro de. Segredos Íntimos: a gestão dos assentamentos de reforma agrária**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2000.
- _____. (Re)descobrimo o Rural no Ceará. In: Silva, José Borzarcchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. (org). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2005.
- ALENCAR, Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Universidade Federal do Ceará.
- ALENTEJANO, Paulo. Os Conflitos pela Terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. In. CPT. **Cadernos de Conflito – Brasil**. Goiânia: 2004b. p. 112-117.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A política de assentamento rurais no governo FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do século XXI. **Revista Agrária**. nº1, p.2-15, 2004a.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARREIRA, Cesar. **Trilhas e Atalhos do Poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed; 1992.
- CARNANHOLO, Marcelo Dias. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In. MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 -2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 109-132.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CORRÊA, Ana Elisa Cruz. **Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e a passividade do MST**. V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013.
- COSME, Claudemir Martins. **A Expulsão de Camponeses Assentados como uma das Faces da Contrarreforma Agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2012.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2009.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1994.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **20 Anos MST e a Perspectiva de Reforma Agrária no Governo Lula**. (s/n)
- FIORI, José Luís. As vitórias da esquerda na América do Sul. **Margem Esquerda**, n. 9, Dossiê: América Latina: continuísmo ou rupturas?, 2007.
- FREIRE, Maria do Carmo Marques. **Desenvolvimento Sustentável e Pobreza: o farol do desenvolvimento do Banco do Nordeste em São Gonçalo do Amarante-CE**. Recife: UFPE, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco.
- HOLANDA, Francisco Urubam Xavier. **Mudancismo e Conservadorismo no Ceará: desenvolvimento rural na Era Jereissati (1986 – 2002)**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo Weberiano**. XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu – MG: 1995.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. RJ: Paz e Terra, 1989.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária. Primeira Parte: a evolução da agricultura na sociedade capitalista**. Porto: Portucalense, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação de mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- LIMA, Maria do Céu. Reservas extrativistas na zona costeira do Ceará: conflitos, lutas e direito ao território. In: SAMPAIO, Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de;

MOREIRA da Silva, Cícero Nilton et al. **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LOPES, Jecsan Girão; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. Espacialização e territorialização dos movimentos sociais na luta pela terra. In: SAMPAIO, Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; MOREIRA da Silva, Cícero Nilton et al. **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n. 21/22, 2009.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária e os limites da Nova República**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O Poder do Atraso**: ensaios de sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, Dias Mônica. Modernização do Estado e reforma agrária. In: Parente, Josênio; Arruda, José Maria (org.). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. **A Contra-reforma agrária do Banco Mundial e os Camponeses no Ceará – Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2005.

OLIVEIRA, Alexandra Maria. **A Participação do Banco Mundial no mercado de terras no Brasil e no Mundo**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão agrária no Brasil**: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. Os anos Lula – contribuições para um balanço crítico 2003-2010. São Paulo: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão popular, 2013b.

OLIVEIRA. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimento sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Lapur Edições, 2007.

_____. **O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua**. In: CPT: Conflitos no Campo – Brasil. Goiânia:2008.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi; Almeida, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos de Aquino. **Análise do mercado de terras agrícolas no Estado do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Fortaleza: UFC, 2000.

_____. **O Campo se Manifesta: a Questão (da Reforma) Agrária**. In: CPT. **Conflitos no Campo – Brasil**. Goiânia: 2014.

Povos indígenas no Brasil: 2006-2010. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2011.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1996.

RODRIGUES, Paulo Cesar Melo. **O Jogo das Castanhas: uma análise dos camponeses assentados com as minifábricas de processamento da castanha de caju no Assentamento José Lourenço, Chorozinho, Ceará**. Fortaleza: UFC, 2015. (Especialização em Extensão Rural, Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Departamento de Engenharia Agrícola. Universidade Federal do Ceará.

SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SAMPAIO, José Levi Furtado. A intervenção do Estado no espaço agrário de Bom Jesus Canindé – Ceará- 1985/1989. Dissertação (Mestrado em Geografia). Recife: UFPE, 1991.

SINGER, André Vitor. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

STÉDILE, João Pedro. Por uma Reforma Agrária de novo tipo no meio rural brasileiro. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; STÉDILE, João Pedro. **Agronegócio x Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Concrab, 2004.

STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo (*et. al.*) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incomoda**. Alianza Editorial, Madrid, 1993.

SOUZA, Alessandra Silva. **Conflito Agrário: A Luta pela Terra no Estado de São Paulo entre os Anos de 1999 e 2006**. (s/n)

TANEZINE, Thereza Cristina Zavaris. **Territórios em conflito no alto sertão sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão – Sergipe: UFSE, 2014.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. **Disputas Territoriais entre o Complexo Industrial porto do Pecém e as comunidades tradicionais**. 28º Reunião Brasileira de Antropologia. São Paulo, 2012.

Outros documentos consultados

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.

BRASIL, **II Plano Nacional de Reforma Agrária**, p.38, 2004.

CARTA AO POVO BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>, 2002.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Para a Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff**. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 1995. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 1996. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 1997. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 1998. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> ..

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 1999. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2000. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2001. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2002. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2003. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2004.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2005.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2006.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2007.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2008.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2009.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

_____. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia, 2010.
Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> .

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ceará Cidadania: Crescimento com Inclusão social – 2003-2006**. Fortaleza: SEPLAN, 2003.

GOMES Cid Ferreira, PINHEIRO Prof. - **Diretrizes para o Plano De Governo - Da Coligação, Ceará Vota Para Crescer**. Disponível em: <http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/DIRETRIZES_PARA_O_PLANO_DE_GOVERNO.pdf>, 2007.

ANEXO 1

Quadro – Sistematização dos conflitos por terra no Ceará, 1995 – 2010.

Ano	Município	Macrorregião	Tipo	Terra em conflito	Hectares	Famílias
1995	Tamboril	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação	Fazenda Poços	-	26
1995	Ocara/Acopiara	Baturité	Ocupação	Fazenda Corregos Dos Facó	-	200
1995	Paracaru	Litoral Oeste	Ocupação	Lagoa	-	13
1995	Chorozinho	Rmf	Ocupação	Fazenda Camará/Banco Sudameris	-	100
1995	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Tanquinho	-	-
1996	Amontada	Litoral Oeste	-	Barra Das Moitas	688	-
1996	Canindé	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Transval	2.977	-
1996	Chorozinho	Rmf	Ocupação	Fazenda Camará/Banco Sudameris	3.000	130
1996	Itarema	Litoral Oeste	-	Morro Dos Patos	80	40
1996	Jaguaruana	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação	Fazenda Jobraza	6.000	100
1996	Madalena	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Madalena	800	16
1996	Parambu	Sertão Dos Inhamuns	-	Cova Donga I/Cova Donga Ii	-	200
1996	Redenção	Baturité	-	Fazenda Piancó	210	20
1996	Russas	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação	Fazenda Lagoa Grande	5.000	200
1996	Santa Quitéria	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Groafras	-	40
1996	São Gonçalo A.	Rmf	-	Porto Do Pecém	-	240
1996	Tamboril	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação	Fazenda Nova Saquinho/Santa Luzia	-	41
1997	Tauá	Sertão Dos Inhamuns	-	Riacho Dos Porcos	-	-
1997	Itaitinga	Rmf	-	Cagec/Açude Riachão/Pacoti/Gavião	-	38
1997	Novo Oriente	Sertão Dos Inhamuns	-	Fazenda Cavaco	700	-
1997	São Gonçalo Do A.	Rmf	-	Porto Do Pecém/Cipp	-	1
1997	Fortaleza	Rmf	-	Acampamento Av. Bez. Menezes	-	-
1997	Caririaçu	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação	Fazenda Boris/Serra Verde	-	2
1997	Acarapé	Baturité	Ocupação	Fazenda Juvenal De Carvalho	550	-
1998	Icó	Cariri Centro/Sul	Ocupação	Area Do Dnocs	-	80
1998	Novo Oriente	Sertão Dos Inhamuns	-	Fazenda Cavaco	700	-
1998	Amontada	Litoral Oeste	-	Barra Das Moitas	688	-
1998	São Gonçalo Do A.	Rmf	-	Porto Do Pecém/Cipp	-	29
1998	Jaguaruana	Litoral Leste/Jaguaribe	-	Assentamento	-	-
1998	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Ladeira	-	150
1998	Morrinhos	Litoral Oeste	Ocupação	Fazenda Altinhas/Ass. 1 De Janeiro	3.000	300
1998	Chorozinho	Rmf	Ocupação	Acampamento Che Guevara	1.000	60
1998	Novo Oriente	Sertão Dos Inhamuns	-	Barragem Flor Do Campo	-	45
1999	Icó	Cariri Centro/Sul	-	Área Do Dnocs	-	63
1999	Amontada	Litoral Oeste	-	Barra Das Moitas	688	-
1999	Quixeramobim	Sertão Central	-	Fazenda Ladeira	-	50
1999	Chorozinho	Rmf	-	Acampamento Che Guevara	1.000	40
1999	Ocara	Baturité	Ocupação	Fazenda São José	1.388	37
1999	Quixadá	Sertão Central	-	Fazenda Guanabara	-	90
1999	Acaraú	Litoral Oeste	-	Comunidade Do Morgado	316	60
1999	Granja	Litoral Oeste	-	Fazenda Atrás Dos Morros	711	19
1999	Banabuiu	Sertão Central	-	Fazenda Boa Água/Trapiá	8.000	-
1999	Santa Quitéria	Sertão Central	-	Fazenda São Damião	14.000	300
1999	Crateús	Sertão Dos Inhamuns	-	Fazenda Nazário	-	-
1999	Irauçuba	Sobral/Ibiapaba	-	Fazenda Saco Verde	-	-

1999	Independência	Sertão Dos Inhamuns	-	Assentamento Juazeiro	-	66
1999	Iguatu	Cariri Centro/Sul	-	Açude Trussu/Roberto Costa	3.000	46
1999	Aurora	Cariri Centro/Sul	-	Barragem Do Sítio Cachoeira	-	85
1999	Tauá	Sertão Dos Inhamuns	-	Assentamento Angicos Ii E Bonifácio	-	190
1999	Ocara	Baturité	Ocupação	Fazenda Aroeiras	-	-
1999	Ocara	Baturité	Ocupação	Antonio Conselheiro Ii	1.600	30
1999	Icapuí	Litoral Leste/Jaguaribe	-	Fazenda Belém	-	-
1999	Canindé	Sertão Central	-	Fazenda Pedras	-	-
1999	Ocara	Baturité	Ocupação	Fazenda Seis Carnaúbas/Cachoeira	2.300	70
2000	Ocara	Baturité	-	Antonio Conselheiro Ii/Corrego Do Facó	700	20
2000	Ocara	Baturité	-	Fazenda Lagoa Do Serrote	932	100
2000	Antonina Do Norte	Cariri Centro/Sul	Ocupação	Fazenda São João	1.200	12
2000	Senador Pompeu	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Amanaju	30.000	100
2000	Quixadá	Sertão Central	-	Fazenda Guanabara	1.200	70
2000	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação	Fazenda Tanques	30.000	70
2000	Acaraú	Litoral Oeste	-	Fazenda Morgado	316	60
2000	Santana Do Acaraú	Sobral/Ibiapaba	-	Fazenda Ipú	900	40
2001	Ocara	Baturité	-	Fazenda Nova	190	6
2001	Beberibe	Litoral Leste/Jaguaribe	Acampamento/Cpt	Fazenda Umari	1.340	30
2001	Santa Quitéria	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Jardim	2.767	35
2001	Tamboril	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação/Str	Fazenda Nova Olinda	1.000	74
2002	Acaraú	Litoral Oeste	Ocupação/Mst	Fazenda Cachoeira	4.800	120
2002	Caucaia	Rmf	Ocupação/Mst	Fazenda Bela Vista	667	100
2002	Fortaleza	Rmf	-	Barragem Castanhão	-	635
2002	Icó	Cariri Centro/Sul	-	Fazenda Bom Lugar	150	80
2002	Monsenhor Tabosa	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação/Mst	Fazenda Vaca Brava	3.000	120
2002	Quixeramobim	Sertão Central	-	Assentamento Parelhas	2.428	70
2002	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Mucheré Novo	6.000	100
2003	Aracati	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Córrego Dos Tanques	2.400	50
2003	Aracati	Litoral Leste/Jaguaribe	Acampamento/Mst	Fazenda Esperança	-	24
2003	Aracoiaba	Baturité	Ocupação/Mst	Fazenda Córrego Do Geraldo	1.140	30
2003	Canindé	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Cachoeira Das Pedras	1.200	45
2003	Cascaval	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Celibra	4.000	100
2003	Choró	Sertão Central	Acampamento/Fetraee-Str	Acam. Br116 Em Frente A Cipa	-	500
2003	Chorozinho	Rmf	Acampamento/Fetraee-Cpt	Fazenda Marami	-	500
2003	Itaiçaba	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Ariza	1.700	40
2003	Itapipoca	Litoral Oeste	Ocupação/Mst	Fazenda Guaribas	2.000	40
2003	São Gonçalo Do	Rmf	Acamp./Ocu	Porto Do Pecém/Faz. São Gregório	5.000	150

	A.		pação - Mst			
2003	Sobral	Sobral/Ibiapaba	Ocupação/Mst	Fazenda Bem Posta	3.000	50
2004	Antonina Do Norte	Cariri Centro/Sul	Ocupação/Mst	Acampamento Patativa Do Assaré	-	50
2004	Aracati	Litoral Leste/Jaguaribe	-	Assentamento Zumbi	-	2
2004	Aracati	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Maisa	3.700	120
2004	Beberibe	Litoral Leste/Jaguaribe	Acamp/Ocupação/Str	Fazenda Massaranduba	4046	105
2004	Canindé	Sertão Central	Ocupação/Cpt-Str-Mst	Fazenda Xinauquê	13.000	240
2004	Chorozinho	Rmf	-	Faz. Mirami/Marambaia/Acamp. Menino Jesus	-	400
2004	Ipaumirim	Cariri Centro/Sul	Ocupação/Mst	Fazenda Cheirosa	900	51
2004	Limoeiro Do Norte/Morada Nova	Litoral Leste/Jaguaribe	Acamp/Ocupação/Mst	Projeto De Irrigação Tabuleiro De Russas/Dnocs	100	250
2004	Quixeramobim	Sertão Central	Acamp/Ocupação/Mst	Fazenda Boa Água	1.600	115
2004	Tamboril	Sertão Dos Inhamuns	Ocupação/Ot	Fazenda Pelado	600	120
2005	Itatira	Sertão Central	-	Fazenda O Marizeira	4.500	80
2005	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Canhotinho	5.000	100
2006	Acopaira	Cariri Centro/Sul	-	Área Em Acopiara/Brasil Ecodiesel	200	100
2006	Canindé	Sertão Central	Acamp/Ocupação/Mst	Fazenda Xinauquê	13.000	250
2006	Caucaia	Rmf	Ocupação/Índios	Índios Tapebas	-	500
2006	Itapipoca	Litoral Oeste	Ocupação/Índios	T.I Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	1.452	100
2006	Ocara/Aracoiaba/Cascavel/Chorozi	Baturité	Ocupação/Fetraece	Fazenda Uruanan	8.399	300
2006	Piquet Carneiro	Sertão Central	-	Área Em Piquet Carneiro/Brasil Ecodiesel	150	109
2006	Potiretama	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mab-Mst	Fazenda Várzea Grande	7.500	120
2006	Quiterianópolis	Sertão Dos Inhãmun	-	Croatá	5.445	200
2006	Quixadá	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Pilotos/Dnosc	692	60
2007	Cascavel	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Fetraece	Fazenda Celibra	4.000	114
2007	Chorozinho	RMF	Acamp/Ocupação/Mst	Fazenda Campestre	-	130
2007	Itapipoca	Litoral Oeste	-	T.I Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	1.452	100
2007	Itapipoca	Litoral Oeste	Ocupação/Mst	Faz. Qualibrás/Emp. De Carcinicultura	-	150
2007	Pacatuba	RMF	Ocupação/Mst	Acam. Nova Jerusalém/Área Do Gov. Estadual	500	160
2007	Quixeramobim	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Reunidas Jacareí	-	150
2007	São Luís Do Curu	Litoral Oeste	Ocupação/Mst	Fazenda Cialne	-	120
2008	Caucaia	RMF	-	T.I Tapeba	-	1.440
2008	Cratéis	Sertão Dos Inhãmun	-	Fazenda Marinheiro/Casa Nova	-	50

2008	Jaguaruana	Litoral Leste/Jaguaribe	-	Faz. Perereca/Jaisa/Acamp. Belo Monte	-	120
2008	Ocara	Baturité	Ocupação/Mst	Fazenda Joasa	-	100
2008	Pacatuba	RMF	-	T.I Pitaguary	-	240
2008	Palhano	Litoral Leste/Jaguaribe	-	Fazenda Em Palhano	-	70
2008	Boa Viagem	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Mato Grosso	-	60
2008	Cratéús	Sertão dos Inhãuns	Ocupação/Mst	Fazendas Grajaú E Riacho Dos Cavalo	-	150
2008	São Luís Do Curu	Litoral Oeste	Ocupação/Mst	Fazenda Monte	-	100
2009	Amontada	Litoral Oeste	-	Com. Caetanos De Cima/Assent. Sabiaguaba	-	300
2009	Caucaia	RMF	Ocupação/Mst	Fazenda Caruru	-	80
2009	Caucaia/São Gonçalo Do Amarante	RMF	-	T.I Anacé/Comp. Ind. Porto Do Pecém	-	381
2009	Itapipoca	Litoral Oeste	-	P.A. Maceió	-	800
2009	Itapipoca/Itarema	Litoral Oeste	-	T.I Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	-	100
2009	São Luís Do Curu	Litoral Oeste	-	P.A Nova Canudos/Cialne	-	32
2009	Uruburetama	Litoral Oeste	Ocupação/Si	Área Em Uruburetama	-	150
2009	Aurora	Cariri Centro/Sul	Ocupação/Mst	Fazenda Gerimum	-	20
2009	Irauçuba	Sobral/Ibiapaba	Ocupação/Mst	Fazenda São Pedro	-	150
2009	Irauçuba	Sobral/Ibiapaba	Ocupação/Mst	Fazenda Buqueirão	-	30
2009	Palhano	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Marmudiê	-	30
2009	Russas	Litoral Leste/Jaguaribe	Ocupação/Mst	Fazenda Riacho Melancia	-	40
2010	Bela Cruz	Litoral Oeste	-	Comunidade Lagoinha E Solidão	-	30
2010	Caucaia/São Gonçalo Do Amarante	RMF	-	T.I Anacé/Csp/Vale/Petrobrás	-	385
2010	Itapipoca	Litoral Oeste	-	Fazenda Guaribas	-	40
2010	Itapipoca/Itarema	Litoral Oeste	-	Tremembés/Empresa Espanhola Nova Atlântida	-	100
2010	Senador Pompeu	Sertão Central	-	Fazenda Sobradinho	-	40
2010	Fortaleza	RMF	Ocupação/Mct-Mst	Sítio São Jorge/Comuna Da Terra 17 De Abril	-	1.200
2010	Icó	Cariri Centro-Sul	Ocupação/Mst-Str	Sítio Oitiz	-	150
2010	Madalena	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Currais Novos	-	100
2010	Quixadá	Sertão Central	Ocupação/Mst	Fazenda Lavoura Seca	-	50
2010	Tamboril	Sertão dos Inhãuns	Ocupação/Mst	Fazenda Açude Grande	-	115

Fonte: CPT, 1995 – 2010. Org.: PINTO, Luana Elis Oliveira, 2016.